



UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO SALVADOR
UCSAL

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA

NÍVIA BARRETO DOS ANJOS

**TIRA A MÃO DO MEU IF:
MOVIMENTO ESTUDANTIL E O DIREITO À PERMANÊNCIA EM
TEMPOS DE ATAQUE À EDUCAÇÃO**

SALVADOR-BA
2019

NÍVIA BARRETO DOS ANJOS

**TIRA A MÃO DO MEU IF:
MOVIMENTO ESTUDANTIL E O DIREITO À PERMANÊNCIA EM
TEMPOS DE ATAQUES À EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada à linha de pesquisa “Direitos Sociais e Novos Direitos, Construção de Sujeitos e Cidadania” como requisito para banca de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador, Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Joaci de Sousa Cunha
Coorientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz

SALVADOR-BA
2019

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

A599 Anjos, Nívia Barreto dos

Tira a mão do meu IF: movimento estudantil e o direito à permanência em tempos de ataques à educação / Nívia Barreto dos Anjos . – Salvador, 2019.

108 f.

Orientador: Prof. Dr. Joaci de Sousa Cunha.

Coorientadora: Prof^a. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.

1. Movimento Estudantil 2. Assistência Estudantil 3. Educação
4. Movimento Social I. Férriz, Adriana Freire Pereira – Orientadora
II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 373.6:329.78

NÍVIA BARRETO DOS ANJOS

**TIRA A MÃO DO MEU IF: MOVIMENTO ESTUDANTIL E O DIREITO À
PERMANÊNCIA EM TEMPOS DE ATAQUES À EDUCAÇÃO**

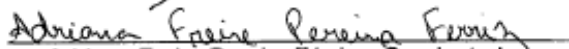
Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em Políticas Sociais e Cidadania, da
Universidade Católica do Salvador.

Aprovada em 16 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA



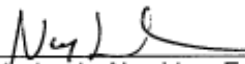
Joaci de Sousa Cunha – Orientador
Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Católica do Salvador



Adriana Freire Pereira Ferriz – Coorientadora
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba
Universidade Federal da Bahia



Maria de Fátima Pessoa Lepikson – Examinador/a 1
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Católica do Salvador



Ney Luiz Teixeira de Almeida – Examinador/a 2
Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dedico esta dissertação aos meus pais que tanto precisaram de mim nestes dois últimos anos, mas que nunca reclamaram das minhas ausências.

Também às minhas lindas filhas que nunca protestaram minha falta de tempo para assistir Netflix com elas, apesar dos insistentes convites nos poucos dias de férias que elas passavam comigo.

Ao meu marido que sempre me apoiou em tudo, e sempre compreendeu que o Mestrado era minha prioridade nestes dois anos.

Por fim, ao avô das minhas filhas, Sr. Viana, que sempre me tratou como uma filha, curtindo todas as minhas vitórias! Infelizmente ele não está mais entre nós para comemorar comigo este título que tanto sonhei, mas sei o quanto isso o faria feliz!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus porque sei que sem Ele nada disto seria possível.

Depois, agradeço aos meus maravilhosos hospedeiros: Lau e Milton. Eles me acolheram em sua casa com tanto carinho e dedicação e não mediram esforços para que minha estadia fosse cinco estrelas, enchendo-me de mimos. E inclusive já abriram as portas para o doutorado!

Em seguida, agradeço a três sábios amigos: Eduardo Sergio Santiago, Heide Damasceno e Cacilda Reis. Eles sempre indicaram material para estudo e me ajudaram demais nesta dissertação, repassando um pouco do conhecimento que eles adquiriram ao longo da rica jornada acadêmica que desenvolveram.

E como não poderia deixar de ser, ao meu amigo e chefe Ângelo Francisco, conhecido como Fran, que sempre se empenhou para possibilitar que meu sonho de um dia ser uma mestra fosse realizado. Também à minha colega e amiga, a pedagoga Nelian Nascimento, que assumiu a presidência da CLAE e com muita dedicação sempre me substituiu, quando necessário, durante estes dois anos.

Ao Movimento Estudantil do IF Baiano *campus* Santa Inês, de forma especial a três guerreiras: Daiane Assis, Larissa Lopes e Moema Catarina.

À minha querida professora do Mestrado: Katia Oliver de Sá que tanto me ajudou com a Disciplina Redação Científica; e também as minhas colegas: Railda Lopes e Marilda Ferri, duas amigas de luta acadêmica!

Aos meus orientadores Joaci Cunha e Adriana Ferriz, por demonstrarem tamanha competência neste processo árduo de construção e também pela paciência com as minhas limitações.

E, por fim, ao meu amado mestre Ney Teixeira de Almeida que ampliou minha cota de admiração por ele ao me apresentar à luta de Florestan Fernandes pelo direito à educação!

*Instrui-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência.
Agitai-vos porque teremos necessidade
de todo vosso entusiasmo.
Organizai-vos porque teremos necessidade
de toda vossa força
(Antônio Gramsci)*

*O motor do movimento de reivindicação é o amor à escola, à
pesquisa, à transmissão e à produção do saber
(Florestan Fernandes)*

RESUMO

Esta dissertação é resultado de pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania e foi desenvolvida dentro da linha de pesquisa “Direitos Sociais e Novos Direitos, Construção de Sujeitos e Cidadania”. O problema de investigação levantado consistiu em procurar identificar até que ponto o movimento estudantil do IF Baiano tem atuado na garantia do direito à assistência estudantil e qual o aporte do Serviço Social nesta política em tempos de ataques à educação. Para tentar responder à questão foi levantada a seguinte hipótese – a qual foi aparentemente comprovada no decorrer do estudo –: supõe-se que o movimento estudantil do IF Baiano vem atuando de forma significativa para o fortalecimento da assistência estudantil e que o Serviço Social tem proporcionado um aporte ativo nesta política. O objetivo geral é reconhecer como o movimento estudantil do IF Baiano tem atuado na garantia do direito à assistência estudantil e identificar o aporte do Serviço Social nessa relação (movimento social – assistência estudantil) em contexto de ataque à educação imposto pelo capital financeiro especulativo. Convém registrar que se trata de uma pesquisa situada no passado recente (2014-2017). A metodologia empregada recorre ao estudo de caso (IF Baiano – *campi* Guanambi, Santa Inês e Uruçuca), a entrevistas semiestruturadas e também à pesquisa documental com análise de conteúdo dos relatórios e das atas dos Encontros de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano. O resultado da pesquisa empírica e documental é apresentado no desenrolar de cada capítulo, com análise nos dados e na sua relação com a teoria estudada, e aponta que uma gestão democrática de Assistência Estudantil, com a participação efetiva do Movimento Estudantil, poderá contribuir de forma significativa para o fortalecimento da política de permanência. Indica também que o Serviço Social tem um lugar de destaque nesta relação que é perpassada por contradições sociais, principalmente por se tratar de um contexto em que o Imperialismo, por meio da “santíssima trindade do capital”: FMI, Banco Mundial e OMC, vem encampando a ideia de privatização da educação, que é sinônimo de retirada de direitos sociais. Todavia, existe a possibilidade de movimentos sociais organizados resistirem, se atuarem de forma articulada, criativa e otimista. É possível afirmar que se trata de uma pesquisa inovadora, visto que o tema é atual e relevante. Na conclusão, esta dissertação demonstrou que o Movimento Estudantil, de forma instruída, agitada e organizada (como Gramsci conclama) poderá ser o primeiro a apontar o gatilho neste processo de enfrentamento em prol da Educação e de resistência aos ditames do capital financeiro especulativo, movido pelo motor do amor à escola, à pesquisa, à transmissão e à produção do saber (conforme Florestan Fernandes indica).

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Estudantil; Assistência Estudantil; Educação; Movimento Social.

ABSTRACT

This dissertation is the result of research carried out in the Graduate Program in Social policies and citizenship and has been developed within the line of research "Social Rights and new rights, construction of subjects and Citizenship". The research problem raised consisted in seeking to identify the extent to which the student movement of the IGC Baiano has acted in the guarantee of the right to student assistance and what the contribution of Social Service in this policy in times of attacks on education. To try to answer the question was raised the following hypothesis - which apparently was proven in the course of study -: it is assumed that the student movement of the IGC Baiano has been working to make a significant contribution to the strengthening of student assistance and that the Social Service has provided an active contribution to this policy. The overall goal is to recognize how the student movement of the IGC Baiano has acted in the guarantee of the right to student assistance and identify the contribution of Social Service in this respect (social movement – student assistance) in the context of the attack on education imposed by speculative financial capital. It should be noted that it comes from a research situated in the recent past (2014-2017). The methodology employed uses the case study (IE Baiano – campuses Chinu, Santa Inez and Uruçuca), semi-structured interviews and documentary research with content analysis of reports and minutes of the meetings of the Basis of the Student Movement of Unified IE Baiano. The result of empirical research and documentary is presented in the course of each chapter, with analysis of the data and its relation with the theory studied, and points out that a democratic management of Student Assistance, with the effective participation of the student movement, could contribute significantly to the strengthening of the policy of permanence. It also indicates that the Social Service has a prominent place in this relationship that is pervaded by social contradictions, mainly because it is a context in which imperialism, by means of the "trinity of capital": IMF, World Bank and WTO, have been embracing the idea of privatizing education, which is synonymous with the withdrawal of social rights. However, there is a possibility of organized social movements resist, if they act in an articulate manner, creative and optimistic. It is possible to assert that this is an innovative research, since the topic is current and relevant. In conclusion, this dissertation demonstrated that the student movement, so instructed, agitated and organized (as Gramsci calls) can be the first to point the trigger in the process of coping in favor of education and of resistance to the dictates of speculative financial capital, moved by the love to the school, to research, to the transmission and the production of knowledge (as Florestan Fernandes indicates).

KEYWORDS: Student Movement; Student Assistance; Education; Social Movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tira a mão do meu IF	24
Figura 2 - Florestan e a Educação	25
Figura 3 - Perfil Socioeconômico de Residentes Ingressos no <i>campus</i> Santa Inês em 2016.....	34
Figura 4 - Mobilização Estudantil IF Baiano - Santa Inês, 15 mai. 2019	42
Figura 5 - Programa Educação em Pauta entrevista os professores doutores Dante Moura (IFRN) e Ronaldo Marcos Lima (UFPA) - 14 fev. 2014	42
Figura 6 - Foto do <i>campus</i> Guanambi	45
Figura 7 - Foto do <i>campus</i> Santa Inês	45
Figura 8 - Foto do <i>campus</i> Uruçuca	46
Figura 9 - Seminário SINASEFE - IFBA (2019)	49
Figura 10 - Palestra Prof. Dr. Penildon Silva Filho	49
Figura 11 - Florestan Fernandes	53
Figura 12 - Estudantes da Rede IF em Manifestação	68
Figura 13 - Foto Daiane Assis – <i>campus</i> Santa Inês.....	76
Figura 14 - I Encontro de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano – <i>campus</i> Guanambi	76
Figura 15 - I Encontro de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano – <i>campus</i> Guanambi	77
Figura 16 - II Encontro de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano – <i>campus</i> Bom Jesus da Lapa	77
Figura 17 - I Congresso Estudantil Unificado do IF Baiano – <i>campus</i> Bom Jesus da Lapa	78
Figura 18 - III Encontro de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano – <i>campus</i> Uruçuca	79
Figura 19 - III Encontro de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano – Palestra Nívia Barreto	80
Figura 20 - Residência de uma estudante do <i>campus</i> Santa Inês	85
Figura 21 - Nenhum Direito a Menos.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gestão Democrática da Assistência Estudantil	30
Tabela 2 - Distribuição da Assistência Estudantil 2014-2017	59
Tabela 3 - Existência de Participação Estudantil na Divisão dos Recursos.....	62
Tabela 4 - Periodicidade de Reuniões da CLAE	62
Tabela 5 - Participação do Movimento Estudantil na Gestão da Assistência Estudantil na Visão dos Estudantes	71
Tabela 6 - Assistente Social executa apenas PAISE ou desenvolve outros Programas.....	84
Tabela 7 - Concepção da Profissão de Serviço Social na Política de Assistência Estudantil	86
Tabela 8 - Oferta de cursos de Formação para o Movimento Estudantil no <i>campus</i>	87
Tabela 9 - Relação do Serviço Social com o movimento estudantil.....	89

LISTA DE SIGLAS

AE – Assistência Estudantil
ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes Livres
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CA – Centro Acadêmico
CLAE – Comissão Local de Assistência Estudantil
CNTE – Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação
CONED – Congresso Nacional de Educação
CONLUTE – Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central dos Estudantes
EMARCS – Escolas Médias de Agropecuária Regional
EP – Educação Profissional
FASUBRA – Federação de Sindicato de Trabalhadores Técnico Administrativos de Instituições de Ensino Superior Públicas
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IF – Instituto Federal
IF BAIANO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IFBA – Instituto Federal da Bahia
IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME – Movimento Estudantil
MEC – Ministério da Educação
NAPSI – Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONGs – Organizações Não Governamentais
PAE – Programa de Auxílios Eventuais
PAISE – Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante
PIB – Produto Interno Bruto
PINCEL – Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PNE – Plano Nacional de Educação
PROAP – Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico
PROPAC – Programa de Incentivo à Participação Política Acadêmica
PRÓ-SAÚDE – Programa de Prevenção e Assistência à Saúde
PROUNI – Programa Universidade para Todos
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
SINASEPE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional

UFPA – Universidade Federal do Pará
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. TIRA A MÃO DA MINHA EDUCAÇÃO.....	22
2.1. A Educação em uma sociedade de capitalismo dependente	22
2.2. A Educação Profissional criada para os pobres, mas que jamais se permitiu ser pobre	43
3. TIRA A MÃO DA MINHA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	48
3.1. A assistência estudantil em um contexto de hegemonia do capitalismo financeiro especulativo	48
3.2. O Programa Nacional de Assistência Estudantil	54
3.3. A Política de Assistência Estudantil do IF Baiano	60
4. MOVIMENTOS QUE GRITAM “TIRA A MÃO DO MEU DIREITO”	69
4.1. Movimentos sociais que gritam “Tira a Mão do Meu Direito”	69
4.2. Movimento Estudantil gritando “Tira a Mão do Meu Direito”	73
4.3. Serviço Social, movimento estudantil e direito à educação.....	81
4. CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICES	101

1. INTRODUÇÃO

A educação pública no Brasil carece demasiadamente de fôlego para resistir a um amplo processo de privatização em curso há décadas, mas que tem sido acentuadamente perverso nos últimos 20 anos

(Ney Luiz Teixeira de Almeida)

O interesse por este estudo surgiu após as reflexões do Curso de Sistematização da Prática dos Assistentes Sociais do IF Baiano, que ocorreu em julho de 2017, na cidade de Salvador, tendo sido ministrado pelo Professor Doutor Ney Luiz Teixeira de Almeida, espaço que representou um diferencial no trabalho de todos os profissionais que tiveram a oportunidade de participar e que levou a pesquisadora a construir inquietações sobre o tema desta investigação acadêmica. Neste curso, o ministrante instigou a Assistente Social a retomar seus estudos tendo como objeto de pesquisa a relação do movimento estudantil com a assistência estudantil no IF Baiano.

A partir deste incentivo vindo do profissional que é referência sobre a temática da assistência estudantil do Brasil, a pesquisadora, após aprovação no processo seletivo do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, e tendo cursado as disciplinas que a levaram a refletir sobre o tema em questão – com destaque para Leitura Orientada I e II e Redação Científica – escreveu esta dissertação inserindo as riquíssimas contribuições da Banca de Qualificação.

O objetivo geral da pesquisa consiste em reconhecer como o movimento estudantil do IF Baiano tem atuado para a garantia do direito à assistência estudantil e identificar o aporte do Serviço Social nessa relação (movimento social – assistência estudantil) em contexto de ataques à educação impostos pelo capital financeiro especulativo.

E como objetivos específicos: 1. Analisar a atuação do movimento estudantil na gestão/execução da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano na resistência às restrições orçamentárias; 2. Identificar como aconteceu a implementação da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano durante o período de 2014 a 2017; 3. Avaliar criticamente a interação do Movimento estudantil com o Serviço Social na execução da Política de Assistência.

O problema de investigação levantado consistiu em procurar identificar até que ponto o movimento estudantil do IF Baiano tem atuado para a garantia do direito à

assistência estudantil e qual o aporte do Serviço Social nesta política. Para tentar responder à questão foi levantada a seguinte hipótese: supõe-se que o movimento estudantil do IF Baiano vem atuando de forma significativa para o fortalecimento da assistência estudantil e que o Serviço Social tem proporcionado um aporte ativo nesta política.

É possível afirmar que se trata de uma pesquisa que pretende ser inovadora, visto que o tema é atual e relevante. É importante esclarecer que existem muitos estudos sobre o movimento estudantil ou sobre a assistência estudantil no Banco de Teses da Capes, porém trabalhos que articulem os dois temas não foram encontrados.

Convém lembrar que o IF Baiano, na atualidade, encontra-se dentro de uma realidade contraditória e desafiadora vivenciada pela rede federal de ensino, que vem sofrendo os impactos das restrições orçamentárias sobre a Política de Educação. Como bem destaca Moura (2007), a Política de Educação reflete conflitos de poder, vivencia polarização de interesses como reflexo das próprias contradições da sociedade capitalista.

Tratando desses conflitos, Lessa (2013) faz uma análise que permite a compreensão da relação entre a escola e a política econômica:

A relação entre [...], a política educacional e a escola pública precisa ser compreendida em suas determinações de ordem econômica, social e política, considerando suas potencialidades e limitações no contexto do capitalismo neste novo milênio, que a despeito de seus avanços tecnológicos e de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, para otimização dos processos de acumulação de capital, ainda precisa de uma educação que prepare homens e mulheres para seus processos de produção e reprodução social. Na realidade contemporânea, portanto, educar é uma tarefa central para o capitalismo, visto que este solicita uma formação propedêutica para uma minoria e um aprendizado simplificado e voltado para o mercado para as grandes massas populacionais (LESSA, 2013, p. 123).

Situando a necessidade de formação de força de trabalho para o capital inclusive no setor agrícola, pode-se pensar na criação de condições que favoreçam esta capacitação. Neste sentido, a atual Política de Assistência Estudantil do IF Baiano foi aprovada em janeiro de 2019 e “constitui-se de princípios e diretrizes norteadores para o desenvolvimento de programas e linhas de ações que favoreçam a democratização do acesso, a permanência e o êxito do discente no seu processo formativo” (IFBAIANO, 2019, p. 01). Ela apresenta como perspectiva a

“universalização do direito à educação e formação integral dos sujeitos” (IFBAIANO, 2019, p. 01) e destina-se a todos os estudantes regularmente matriculados.

O diferencial nesta Política é a sua gestão através da Comissão Local de Assistência Estudantil (CLAE) que é composta por:

I. O coordenador(a) de Assuntos Estudantis; II - um(a) assistente social; III - um(a) psicólogo(a); IV - um pedagogo; V - um(a) nutricionista; VI - um(a) outro(a) profissional da área de saúde; VII - um(a) assistente de alunos; VIII - um(a) representante do setor financeiro; IX - o(a)s presidentes dos Núcleos dos Programas de Assistência Estudantil; X - dois estudantes de níveis de ensino diversos e seus suplentes (IFBAIANO, 2019, p. 05-06).

Com base nesta perspectiva, a legislação do IF Baiano referente à assistência estudantil, tem como prerrogativa a participação do estudante da CLAE como também da representação dos estudantes. Por isso, esta dissertação se propõe reconhecer como o movimento estudantil do IF Baiano tem atuado para a garantia do direito à assistência estudantil e identificar o aporte do Serviço Social nesta política em tempos de cortes orçamentários.

Convém registrar que esta pesquisa está situada no passado recente (2014-2017) e recorre a uma metodologia empírica e estudo de caso como estratégia (IF Baiano), com base na técnica da entrevista semiestruturada. Como também, à pesquisa documental com análise de conteúdo na qual foram estudados os relatórios e as atas dos Encontros de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano: *campus* Guanambi - 2014, *campus* Bom Jesus da Lapa - 2014 e *campus* Uruçuca - 2017; como também do Congresso Estudantil que ocorreu no *campus* Lapa em 2016. A abordagem utilizada na pesquisa será qualitativa.

O *lócus* da pesquisa são os *campi* Guanambi, Uruçuca e Santa Inês. O motivo da escolha é que os três possuem curso de Graduação e Licenciatura, como também Residência Estudantil Masculina e Feminina, desenvolvendo assim uma assistência estudantil mais completa. Os sujeitos da pesquisa são os membros da CLAE (Comissão Local de Assistência Estudantil), de 2014 a 2017, dos três *campi* definidos como *lócus*.

É importante ressaltar que a autora apresenta três tipos de interesse nesta pesquisa: 1. Pessoal: por ser assistente social e atuar no IF Baiano junto ao movimento estudantil e almejar crescimento acadêmico e profissional; 2. Científico: por existir número ainda restrito de pesquisas sobre a relação do Serviço Social com

o Movimento Estudantil na Rede IF; 3. Social: por desejar contribuir para o fortalecimento da Política de Assistência Social na perspectiva do direito.

A linha de pesquisa que mais se aproxima deste estudo é “Direitos Sociais e Novos Direitos, Construção de Sujeitos e Cidadania”, isto porque ela engloba os direitos que devem ser construídos com os sujeitos e a Política de Assistência Estudantil deve representar a concretização disto.

Com o objetivo de esclarecer os instrumentos metodológicos traçados nesta dissertação, será agora abordado o caminho utilizado para o estudo empírico. Convém esclarecer que não haverá um capítulo para apresentação dos resultados da pesquisa, pois a mesma estará inserida no decorrer dos capítulos. Opta-se, assim, por trazer uma metodologia – que apesar de não ser tão convencional dentro do Serviço Social – faz a opção de relacionar a prática com a teoria do início ao fim da escrita. Afinal,

A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador[...] A pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. A esse ritmo denominamos ciclo da pesquisa, ou seja, um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações (MINAYO, 2004, p. 16).

De acordo com Minayo (2004), a pesquisa qualitativa se preocupa com questões bastante particulares, trabalhando com o “universo dos significados, motivos, aspirações, crenças e atitudes” (MINAYO, 2004, p. 21-22).

Esta pesquisa procura ser explicativa, que segundo Andrade (2001), é um tipo de pesquisa mais complexa, que além de registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados, também identifica seus fatores determinantes, ou seja, suas causas. A estratégia de pesquisa utilizada é o estudo de caso. Convém ressaltar que na visão de Gil (2007) este tipo de procedimento vem sendo utilizado cada vez mais intensamente pelos pesquisadores sociais, caracterizando-se pela análise profunda e exaustiva de um ou de poucos objetos de forma a tentar possibilitar o seu conhecimento amplo e detalhado.

De início, foi realizada uma revisão bibliográfica para possibilitar maior aproximação com as categorias teóricas que embasaram a dissertação: hegemonia

do capital financeiro, movimento social, movimento estudantil, educação, educação profissional, assistência estudantil e serviço social na educação profissional. Também foram estudadas algumas pesquisas sobre o tema existente no Banco de Teses da Capes, ficando desde já explícito que neste Banco de Dados são disponibilizadas pesquisas sobre as categorias e não sobre o todo.

A pesquisa empírica junto à Comissão Local de Assistência Estudantil (CLAE) teve como *Lócus 3 campi*: 1. Guanambi; 2. Santa Inês; e 3. Uruçuca. A pesquisa conta com uma amostra representativa, na qual os sujeitos da investigação são os componentes da Comissão Local de Assistência Estudantil (CLAE) destes 3 *campi*, no período de 2014 a 2017. Ou seja, o universo é Assistência Estudantil no IF Baiano e a amostra são as CLAEs dos 3 *campi* que possuem uma Política de Permanência mais ampla. A técnica aplicada consistiu em entrevista semiestruturada (autorizada pelo Comitê de Ética).

De acordo com Laville e Dianne (1999), “o caráter representativo de uma amostra depende evidentemente da maneira pela qual ela é estabelecida” (LAVILLE; DIANNE, 1999, p. 169).

Dizer que os resultados obtidos sobre uma amostra são válidos para o conjunto significa pretender que as características, opiniões, etc., de algumas pessoas interrogadas representam aproximadamente as da população sobre a qual incide determinado estudo; isso se denomina amostra representativa (FIRDION, 2015, p. 67).

Segundo o pensamento de Firdion (2015), as amostras representativas podem ser: 1) Probabilísticas: a extração dos indivíduos é feita ao acaso; 2) Não probabilísticas. No que se refere a esta pesquisa, a amostra foi não probabilística. Conforme Laville e Dianne (1999) algumas amostras não probabilísticas podem ser formadas em função das escolhas explícitas do pesquisador. Esta se chama amostra típica, na qual o pesquisador seleciona uma parte da população a partir da necessidade do seu estudo (LAVILLE; DIANNE, 1999).

Concomitantemente, foi realizada uma pesquisa documental com análise de conteúdo na qual foram estudados os relatórios dos Encontros de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano e do Congresso de 2016. É importante destacar que cada um destes quatro eventos possui apenas um relatório final, os quais foram analisados neste estudo.

Conforme Triviños (1987), o uso da análise de conteúdo envolve: 1) Pré-análise, que consiste na organização do material; 2) Descrição analítica, que significa um estudo aprofundado do material, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos; 3) Interpretação referencial, que é a fase de maior intensidade na qual a reflexão acaba por estabelecer relações com a realidade. O autor ressalta que estas etapas foram assinaladas por Laurence Bardin.

Por fim, foi realizada uma análise sistemática dos dados coletados teoricamente e empiricamente para construção desta dissertação, que é composta por três capítulos, além desta introdução que representa o capítulo 1. Convém destacar que ao longo dos outros capítulos foram inseridas 21 ilustrações com o intuito de que entre uma luz natural suficientemente clara para ajudar a enxergar detalhadamente o que está em volta, enriquecendo assim o que foi exposto teoricamente.

Buscando alcançar o objetivo proposto, o capítulo 2, intitulado “Tira a Mão da Minha Educação”, trabalhou o tema a Educação em uma sociedade de capitalismo dependente e de lutas dos movimentos sociais e de seus protagonistas para garantir este direito, apesar de todo desmonte que o capital financeiro quer implantar. Em seguida foi apresentada de forma resumida a história da educação profissional que foi criada para os pobres, mas que nunca se permitiu ser pobre, para então se introduzir a uma breve história do IF Baiano e dos três *campi* pesquisados.

O capítulo 3, “Tira a Mão da Minha Assistência Estudantil”, aborda a Assistência Estudantil que precisa ser compreendida em um contexto de hegemonia do capital financeiro especulativo. Apresenta o contexto em que foi formada a sociedade brasileira com base em Florestan Fernandes e o relaciona ao Império Americano amparado nas concepções de Luiz Alberto Bandeira e ao conceito de lutas de classes de Engels e Marx. Em seguida, retrata a Política Nacional de Assistência Estudantil e suas especificidades dentro da Educação Profissional, trazendo a luta do Movimento Estudantil pela Educação e pelo direito à permanência. Por fim, elucida a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, recorrendo ao conceito gramsciano de hegemonia para uma melhor compreensão das lutas sociais pela educação.

O quarto e último capítulo, “Movimentos que gritam ‘Tira a Mão do Meu Direito’”, retrata os Movimentos Sociais, amparado nas noções e contribuições sobre os movimentos sociais de propostas por estudiosas como Ângela Alonso, Leonilde Medeiros e Maria da Glória Gohn. Em seguida, serão comentados alguns fatos históricos que acompanham a trajetória histórica do movimento estudantil no Brasil,

cotejados com elementos da ação estudantil do IF Baiano, identificados através de pesquisa documental realizada nos registros dos seus Encontros e Congressos (2014-2017). Por fim, aborda a relação entre Serviço Social na educação e Movimento Estudantil.

Na conclusão é retomada a concepção de Florestan Fernandes de que o amor à educação é o motor do movimento de mobilização, juntamente com a de Gramsci de que a instrução, a agitação e organização constituem o tripé para alimentar este motor, sendo o seu combustível.

Espera-se, então, que esta dissertação traga alguma contribuição ao conhecimento do tema e que “Tira a Mão do meu IF” seja um grito de uma luta pela educação e que siga avante, que os movimentos sociais, em especial o estudantil, consiga articulá-lo de forma criativa, mantendo presente o apelo pela ampliação da Assistência Estudantil para que ela deixe de ser apenas um Programa e se torne uma Política Nacional com todo o arcabouço de direitos que envolve uma política social.

2. TIRA A MÃO DA MINHA EDUCAÇÃO

Este capítulo retrata a Educação em uma sociedade de capitalismo dependente, as lutas dos movimentos sociais e de seus protagonistas para garantir este direito apesar de todo desmonte que o capital financeiro quer implantar sobre tal política pública. Em seguida, apresenta de forma resumida a história da educação profissional que foi criada para os pobres, mas que nunca se permitiu ser pobre. Por fim, traz um pouco da memória do IF Baiano, e dos três *campi* lócus da pesquisa de campo que foi realizada para esta dissertação.

2.1. A Educação em uma sociedade de capitalismo dependente

A luta pela educação pública e de qualidade teve alguns protagonistas que merecem destaque, dentre eles pode-se destacar Florestan Fernandes, que de acordo com Zanetic (2006), “foi um cientista social, militante do socialismo e grande estudioso e combatente em defesa da escola pública” (ZANETIC, 2006, p. 07).

Muitos são também os exemplos do seu engajamento militante na luta em defesa da escola pública. Um exemplo significativo dessa luta, e que desperta um olhar muito amargo sobre o que ocorre nos dias de hoje, foi a Campanha em Defesa da Escola Pública [...] Essa Campanha levou Florestan Fernandes a se manifestar inúmeras vezes, convidado por entidades de estudantes secundaristas e universitários, de professores, de jornalistas, de escritores e de operários que se juntaram num movimento inédito no Brasil (ZANETIC, 2006, p. 11).

Segundo o autor, Florestan afirmava que a democratização do ensino só poderia ocorrer “quando fossem abolidas as barreiras extra educacionais que restringem o direito à educação convertendo o ensino em privilégio social das classes dominantes” (ZANETIC, 2006, p. 12).

Saviani (1996) chega a ressaltar que “Florestan Fernandes constituiu a liderança mais expressiva e combativa do movimento em defesa da escola pública naquele período” (SAVIANI, 1996, p. 79), época da Campanha em Defesa da Escola Pública, eclodida em 1959. Para Saviani, Florestan por ter sido menor trabalhador e filho de lavadeira, vivenciou a luta de uma criança pobre para ter acesso ao ensino público de qualidade e isso acabou gerando forças para que ele se tornasse um educador, cientista, militante e publicista que lutava em prol da educação como porta

voz, tanto das suas frustrações de infância e de juventude quanto das dos seus antigos companheiros.

Cabe aqui destacar que a infância e juventude deste educador, cientista, militante e publicista não foi nada fácil. Sua mãe escolheu o seu nome em homenagem a um motorista alemão que trabalhava na mesma casa que ela, todavia, a patroa de sua genitora chamava-o de Vicente, visto que “não admitia que alguém de origem tão humilde – filho da sua empregada doméstica – tivesse um nome tão pomposo quanto Florestan” (OLIVEIRA, 2010, p. 11).

Mas, segundo Oliveira (2010), o “Vicente” deu lugar ao “Florestan” na sua trajetória acadêmica. Apesar do trabalho árduo na infância que o levou a adentrar em um curso supletivo para concluir seus estudos, o seu ingresso na Universidade se deu de forma pomposa em virtude de sua dedicação e esforço pessoal.

Ainda de acordo com Oliveira (2010), Florestan se vinculou aos movimentos sociais e populares como educação, negros, sem-terra e outros, na luta por uma democracia mais inclusiva e participativa.

Na época de Collor, Florestan já alertava que a incorporação do Governo ao sistema capitalista mundial de produção, que provocava a privatização das empresas estatais de destaque, sugeria que isto fazia parte de um processo de perpetuação da dependência da sociedade brasileira.

“A ideia sintetizadora fundamental” que está na base do pensamento de Florestan é “a pesquisa da realidade brasileira”, ideia presente desde o início de sua profissionalização até a constituição de uma pedagogia socialista destinada ao fortalecimento da “consciência” social proletária (OLIVEIRA, 2010, p. 73).

Por isso, destaca Oliveira, “os trabalhadores, na sua opinião, só poderiam confiar em uma coisa: em sua capacidade de organização e de luta política pela sua auto emancipação coletiva como classe” (OLIVEIRA, 2010, p. 82).

Neste sentido, Oliveira (2010) afirma que Florestan ao seguir os passos da luta pela concretização de um sistema de educação condizente com os princípios da democracia, acabou cumprindo um papel de “pedagogo das causas sociais” (OLIVEIRA, 2010, p. 113), tecendo uma leitura crítica da sociedade brasileira e alertando os movimentos sociais sobre a necessidade de organização e luta organizada.

Convém ainda destacar que segundo Leher (2018), Florestan sempre foi um apoiador do movimento estudantil na luta pela educação, mas ao mesmo tempo ele sempre alertou aos estudantes que a luta não podia ficar centrada nos espaços escolares e que era necessário um esforço organizativo com outros setores sociais.

Dessa forma, de algum modo, a preocupação teórica e prática de Florestan na luta pela educação e contra as medidas oficiais de interesse do capital financeiro e especulativo, que procuram solapar os direitos garantidos, especialmente na Constituição Federal de 1988, ecoam na atualidade em todos os movimentos estudantis, como também no do IF Baiano.

Afinal, esse movimento vem buscando se mobilizar com outros movimentos sociais para garantir a permanência, gritando dentro do *campus* “Tira a mão do meu direito à Educação” e fazendo ressoar este grito por todo o IF Baiano e pelas redes estudantis em todo o Brasil.

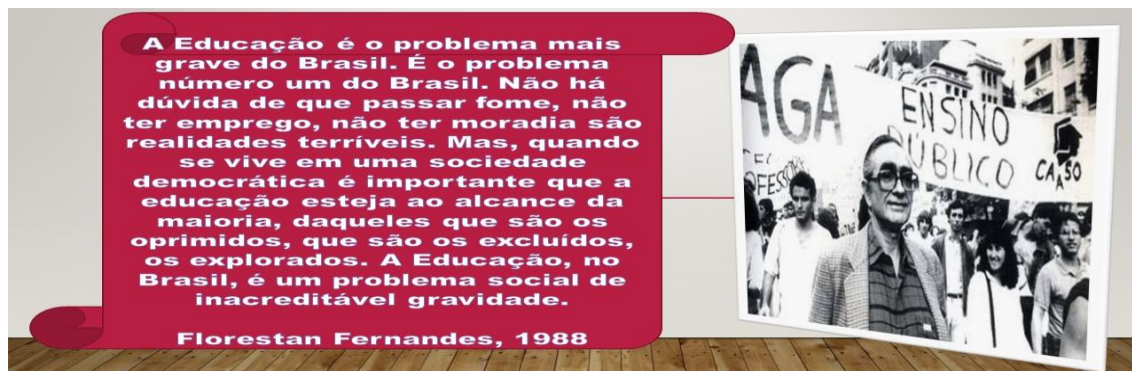
Figura 1 - Tira a mão do meu IF



Fonte: Redes Sociais

Florestan Fernandes, de certa forma, já entoava este grito – “Tira a Mão da Minha Educação” – e ele escreveu várias obras para reforçar esta concepção com destaque para *A Revolução Burguesa no Brasil* (1968a), *Sociedade de Classes e Sudesenvolvimento* (1968b) e *O Desafio Educacional* (1989). Florestan também lutou arduamente por este direito.

Figura 2 - Florestan e a Educação



Fonte: Elaborado pela autora

No intuito de se compreender o lugar que a educação tem na sociedade comandada pelo capital, é preciso saber que ela vivencia uma correlação de forças na qual conquistas são alcançadas e retrocessos são impostos. Mas mesmo dentro deste conflito social, ela tem um papel fundamental o qual será apresentado a seguir.

De acordo com Pinto (2012), no decorrer da história da classe trabalhadora no Brasil foi travada uma dura luta contra o capital, a qual teve como marco central a construção de um projeto para a sociedade. Nessa luta, uma série de conquistas foram alcançadas e estas permitiram impor certo limite à voracidade do capital.

Com todas as restrições críticas e os limites que tivemos na Constituição de 1988, esta, pelo protagonismo dos movimentos sindical, estudantil e popular, previu, assumiu, reconheceu e oficializou a noção de direito social como algo que é de responsabilidade do Estado executar, a partir de um fundo público. Essa noção de direitos carrega em si, nos marcos do sistema [...] uma redistribuição da riqueza socialmente produzida; redistribuição condicionada ao grau e a profundidade que a correlação de forças entre as classes sociais, a força e a expressão de ação que o movimento dos trabalhadores, o movimento dos estudantes e o movimento popular logram acumular nos diferentes períodos de suas trajetórias (PINTO, 2012, p. 381).

Neste sentido, a autora esclarece que a educação se tornou um importante lugar para a expansão do capitalismo, operando inversões no processo do lucro por meio da produção do conhecimento e da formação de mão-de-obra especializada a partir dos critérios do mercado, ou melhor, do grande capital. Por isso, Pinto (2012) enfatiza que “apreender as determinações da metamorfose da educação pública, de direito social à mercadoria, é essencial para que a totalidade do processo em curso seja elucidada” (PINTO, 2012, p. 46).

Almeida e Rodrigues (2012) afirmam que a educação precisa ser concebida como um direito e não como uma mercadoria e que por isso não pode ser pensada com os demais direitos sociais e humanos de modo desvinculado das reais condições em que a existência do homem é produzida.

A construção de uma educação que fortaleça os significados da cidadania, de liberdade, de democracia e de emancipação não pode estar desarticulado das lutas pelo acesso à saúde, ao trabalho digno, à moradia, ao lazer, à cultura e a tudo aquilo que hoje está ausente nas condições de vida da maior parte da população deste país e que, por essa razão, expressa o amplo processo de desumanização que se encontra em curso em nosso planeta (ALMEIDA; RODRIGUES, 2012, p. 95).

No entendimento de Almeida e Rodrigues (2012), na sociedade comandada pelo capital, a produção da vida material encontra-se sustentada em um processo contínuo de desumanização da força de trabalho, pois sua potência criadora se afasta da sua capacidade criativa, alienando o trabalhador das possibilidades de seu próprio trabalho, ou seja, do conhecimento, da criação, do produto, dos meios e, acima de tudo, de si mesmo enquanto produtor.

Para os autores, diante desta realidade, na perspectiva do capital, a educação é uma das formas de se assegurar a sociabilidade necessária à reprodução do capitalismo. “Uma educação que conforma sentidos, valores e comportamentos em uma dimensão também desumanizadora” (ALMEIDA; RODRIGUES, 2012, p. 95).

Partindo desta concepção, a prova maior disto foram os conflitos vivenciados para a aprovação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394), em 20 de dezembro de 1996, e as inúmeras alterações sofridas por esta Lei.

O próprio Florestan ao relatar sobre a Nova Lei da Educação registra que:

As escolas têm que deixar de ser unicamente instrumentais para a dominação burguesa e a difusão da ideologia das classes dominantes. Além do mais, elas põem em causa a hegemonia estrangeira e a preponderância das ideologias das nações capitalistas centrais e de sua superpotência na “construção na nossa cabeça”. Impõe-se acabar com os pactos pedagógicos, com modelos de ensino importados, juntamente com parcelas de capital e com pacotes tecnológicos (FERNANDES, 1989, p. 30).

Fernandes (1989) ao defender a Nova LDB chega a afirmar que “o Estado tornou-se mecenas do ensino privado” (FERNANDES, 1989, p. 37), vai mais além em suas denúncias registrando que “campeia o fatalismo: uma nação economicamente

dependente, deve formar a cabeça dos talentos jovens pelos moldes da dominação cultural externa” (FERNANDES, 1989, p. 42).

Todavia, Algebaile (2009) registra que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, de uma forma geral, reafirma os principais pontos já previstos na Constituição Federal de 1988, chegando a aprofundá-los em algumas situações. Por isso ela não deixa de ser uma conquista social, apesar de toda manipulação que perpassou a sua aprovação, como por exemplo o reconhecimento do direito à educação.

Mas a autora alerta, ao retratar sobre a polêmica gerada em torno da Nova LDB, que ela não deixa de ser uma expressão do caráter dramático que sempre marcou o acesso à escolarização no Brasil:

É desnecessário lembrar que as imprecisões das medidas legais sobre as responsabilidades do Estado na oferta educacional não eram meros equívocos de redação legislativa, mas o equivalente jurídico da baixa disposição das classes dirigentes de assumir compromissos no campo social claramente delineados, sobretudo quanto à universalização efetiva dos direitos sociais (ALGEBAILLE, 2009, p. 109).

É fundamental destacar que apesar de todas as contradições que envolvem este processo, é preciso recordar que segundo Vieira (2009), a luta por direitos e pelo lugar da participação por meio de pressões, demandas, reivindicações que surgem na sociedade e são direcionadas ao Estado são fundamentais para a garantia desses direitos.

E dentro da educação, a luta do Movimento Estudantil é essencial. Lembrando sempre que, segundo Florestan, esta luta não pode ser isolada, mas precisa ser coletiva, pois “a ignorância é o desafio histórico número um do Brasil. Por isso, a educação se erige como a arma que devemos manejar com tenacidade e sabedoria para sairmos do atoleiro” (FERNANDES, 1989, p. 79).

Dentro desta perspectiva de sair do atoleiro e como resultado de vários debates entre diversos atores sociais e o poder público, em 09 de janeiro de 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação a partir da Lei n. 010172. Convém lembrar que o primeiro plano surgiu em 1962, na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases Nacional, n. 4.024, de 1961. Ele não era um projeto de lei, mas apenas uma iniciativa do Ministério de Educação e Cultura da época. Era praticamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas em oito anos. Em 1965, passou por uma revisão e, em 1966, por nova verificação.

De acordo com este Plano, o artigo 214 da Constituição Federal de 1988 instituiu a obrigatoriedade do Plano Nacional de Educação como um projeto de lei, com o objetivo de conferir estabilidade às iniciativas do governo em relação à educação. Além disso, a própria LDBN reforçou esta necessidade.

Por outro lado, a Lei n. 9.394, de 1966, que “estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional” determina nos artigos 9º e 8º, respectivamente, a elaboração do plano cabe à União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e instituiu a Década da Educação. Estabelece ainda que a União encaminhe o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada lei, com diretrizes e metas para os dez anos posteriores, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 2001).

Convém salientar que a construção deste plano foi fruto dos compromissos assumidos pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e significou a consolidação dos trabalhos do I e II Congresso Nacional de Educação (CONED) e que sistematizou contribuições de vários segmentos da sociedade civil. Ou seja, ele foi fruto de luta dos movimentos sociais pela garantia dos direitos.

O Plano Nacional de Educação de 2001 teve como objetivos: 1) A elevação global do nível de escolaridade da população; 2) A melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; 3) A redução das desigualdades sociais e regionais em relação ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; 4) A democratização da gestão do ensino público.

Em 25 de junho de 2014, por meio da Lei n. 13.005, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, o qual encontra-se em vigor na atualidade e que também foi fruto de vários debates entre diversos atores sociais e o poder público, seguindo um padrão de discussão e mobilização. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, mais uma vez, constituiu um submovimento – O “PNE para Valer”. Outros atores ocuparam esse cenário, como o Movimento Todos pela Educação, fundado em 2006, e a Fineduca – Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação –, fundada em 2011 (BRASIL, 2014).

Convém destacar que o Movimento Todos pela Educação tem como mantenedores institutos e fundações privadas como a Fundação Gerdau, o Instituto Unibanco, a Fundação Bradesco e a Fundação Itaú Social, dentre outros. Isto prova que a educação vivencia a eterna contradição, na qual o capital quer assumir o seu controle, todavia movimentos sociais formados pelas entidades representativas dos

segmentos da comunidade educacional também estavam presentes nesta luta, como Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE), Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Federação de Sindicato de Trabalhadores Técnico-Administrativos das Instituições de Ensino Superior Públicas (Fasubra), e inclusive a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Nacional dos Estudantes (UNE).

Dentro desta perspectiva, convém registrar as observações de Roberto Leher (2018) que afirma que “empresas que compõem o rol dos 200 maiores grupos econômicos com atuação no Brasil interferem diretamente na educação básica, profissional e superior” (LEHER, 2018, p. 33). O autor define estas empresas como aparelhos privados de hegemonia na concepção gramsciana e denuncia que por meio do “Todos pela Educação” a aprovação final do Plano Nacional de Educação foi influenciada por frações burguesas proeminentes. O PNE 2014-2024 tem como diretrizes:

I. Erradicação do analfabetismo; II. Universalização do atendimento escolar; III. Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV. Melhoria da qualidade da educação; V. Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI. **Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;** VII. Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; VIII. Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX. Valorização dos profissionais de Educação; X. Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014, p. 43) (grifo nosso).

Florestan já alertava que “a escola pública, gratuita, de alta qualidade é um requisito fundamental para a existência da democracia” (FERNANDES, 1989, p. 21). Nesta perspectiva, com base na pesquisa realizada junto ao Movimento Estudantil do IF Baiano (mais especificamente com os membros da Comissão Local de Assistência Estudantil – CLAE, anos 2014 a 2017), buscou-se avaliar se no IF Baiano o princípio da gestão democrática da educação estava sendo efetivado e o papel desempenhado, com esse objetivo, pelo movimento estudantil. Nessa perspectiva, segundo os 32

entrevistados, o IF Baiano possui uma gestão democrática da Assistência Estudantil, conforme sugere tabela abaixo:

Tabela 1 - Gestão Democrática da Assistência Estudantil

Entrevistado	Forma democrática	Forma autoritária	Forma mais ou menos democrática	Total
Estudantes	09	-	04	13
Servidores	11	-	02	13
Gestores	05	-	01	06
Total	25	-	07	32

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora

A tabela 1 indica que 78% dos entrevistados consideram que a gestão da Assistência Estudantil ocorre nos três *campi* pesquisados do IF Baiano de forma democrática e 22% de forma mais ou menos democrática, mostrando que vem seguindo o que indica as diretrizes da PNE (2014-2024).

Os que afirmaram gestão democrática disseram que tudo ocorria com votação e que todas as questões eram discutidas com os estudantes como um todo. As divergências eram discutidas e sempre havia consenso. Convém ainda destacar o comentário de um estudante: “Na CLAE o estudante representante tinha voz e voto e apesar de ser menor de idade era respeitado” (Entrevistado SI 07). Quanto à minoria que considerou a gestão mais ou menos democrática um estudante indagou que para que houvesse maior democracia deveria ter um número maior de estudantes na CLAE.

Voltando ao PNE 2014-2024, o artigo 6º retrata sobre a necessidade de realização de pelo menos duas conferências nacionais de educação até o final de 2020, antecedidas por conferências distrital, municipais e estaduais, as quais deverão estar articuladas com o Fórum Nacional de Educação, que foi instituído por este plano e faz parte do Ministério da Educação. Estes consistem em instrumentos de participação popular de grande relevância dentro da Educação.

É interessante ressaltar que a meta 19 deste PNE consiste em “assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo apoio técnico da União para tanto” (BRASIL, 2014, p. 83). E ainda, esta meta possui como uma das suas estratégias o estímulo e fortalecimento dos grêmios estudantis, inclusive,

assegurando local adequado e condições de funcionamento nas escolas e fomentando à sua articulação orgânica com os conselhos escolares.

Vale destacar o depoimento da estudante entrevistada para mostrar que o IF Baiano leva a sério esta meta:

Em 2014 nós tínhamos dinheiro para trabalhar, conseguimos equipar o Grêmio e o Centro Acadêmico (de caixa de som a micro-ondas). O que faltava era mais profissionais para acompanhar a aplicação dos recursos. Devia ter mais planejamento e mais Assistente Social (Entrevistado URU 07).

Outra meta que merece destaque é a referente ao estímulo à participação e à fiscalização:

19.5. Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo (BRASIL, 2014, p. 84).

Bravo (2009) afirma que as instituições de controle democrático são mecanismos propostos em um contexto de mobilização da sociedade civil e estes introduziram avanços para tentar buscar corrigir injustiças sociais históricas, mas infelizmente eles não possuem a capacidade de universalizar direitos em virtude da longa tradição da classe dominante em procurar privatizar o que é público.

Na atualidade, com as condições objetivas explicitadas de fragilização das lutas coletivas, considera-se como uma estratégia importante o fortalecimento da organização popular, tais como os conselhos, conferências e movimentos sociais, tendo como um dos objetivos o questionamento da cultura política da crise gestada pelo grande capital (BRAVO, 2009, p. 398).

A autora ainda registra que o controle social é um direito conquistado pela Constituição Federal de 1988, mas os conselhos devem ser visualizados como espaços contraditórios do fazer político. Não devem ser valorizados em excesso, muito menos ser subvalorizados, pois eles podem se constituir em espaço de ampliação da democracia e de viabilização de direitos, como também, quando cooptados, de legitimação do poder dominante.

Interessante que Bravo (2009) destaca que é necessária uma intervenção qualificada e propositiva junto aos sujeitos envolvidos com movimentos sociais, no

sentido de reivindicar direitos e empreender formas de pressão sobre o poder público e que o profissional de Serviço Social pode atuar neste sentido, esclarecendo e evitando que armadilhas sejam direcionadas às pessoas, levando-as a fazer uma leitura da realidade social de forma crítica.

Segundo Yamamoto (2007), na esfera das finanças o capital aparece como possível criador de “ovos de ouro”, e que os principais representantes das classes dominantes no mundo globalizado são: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, que a autora identifica como a “santíssima trindade do capital”.

Neste sentido, torna-se imprescindível discutir “a nova investida do Banco Mundial” sobre a educação, conforme propõe Graça Druck, Luiz Filgueiras e Wallace Moreira:

Essa nova ofensiva do neoliberalismo, contra as Universidades Públicas Brasileiras, vocaliza e traz, subjacente a ela, os interesses do capital financeiro e dessas grandes corporações internacionais e, também, de grandes grupos privados nacionais que investem no ensino superior (CEAS, 2017, p. 605).

Os autores explicam que atualmente a educação superior no Brasil é um grande negócio e por incrível que pareça “o Estado financiou, a juros subsidiados, a implantação e/ou ampliação das instalações físicas (capital fixo) dos grandes grupos econômicos privados” (DRUCK; FILGUEIRAS; MOREIRA, 2017, p. 620). Sendo as maiores instituições privadas de ensino superior do país: Anhanguera Educacional, Estácio Participações e a Kroton.

Os recursos do FIES e do PROUNI são transferidos diretamente para as corporações do ensino superior, a inadimplência dos estudantes “beneficiados” é zero e os valores cobrados pelas matrículas e mensalidades exorbitantes - principalmente nas chamadas “ciências duras”. Esse é o “liberalismo” e o “menos Estado” do Bird, do capital financeiro e da direita liberal brasileira; na verdade, sem a transferência de recursos públicos (orçamentários), agora também para grandes grupos internacionais, esse negócio não poderia sobreviver, pelo menos na enorme dimensão que assumiu no Brasil (DRUCK; FILGUEIRAS; MOREIRA, 2017, p. 605).

Para os três estudiosos, existe uma tendência por parte do BIRD de desvalorizar as universidades públicas como ineficientes e de fomentar um ataque político-ideológico de desqualificação aos servidores públicos. Por outro lado, verifica-

se que, de acordo com os indicadores do Tesouro Nacional, se entre 2000 a 2015, os gastos com educação não ultrapassaram a 3,6 do orçamento federal; já com a Dívida Interna e Externa chegaram ao percentual 70,5 do orçamento da União.

E Leher deixa claro que apesar e por causa das lutas sociais, a situação é bastante contraditória:

Resultantes também da pressão social em prol da democratização do acesso à educação superior, as cotas, o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio -, o ProUni e o FIES, contraditoriamente, foram a tábua de salvação da grande mercantilização da educação no Brasil liderada pelas frações burguesas vinculadas às finanças por meio de fundos de investimentos [...] A adoção de políticas de ação afirmativa e o financiamento estudantil possibilitaram, em nome da democratização, ampliar o mercado educacional e favoreceram como nunca as corporações (LEHER, 2018, p. 47-48).

Por outro lado, Manfredi (2002) relembra que o sistema de educação de uma sociedade “é produto de um complexo movimento de construção/reconstrução, determinado por fatores de ordem econômico-social e político cultural” (MANFREDI, 2002, p. 32). Esses fatores vão definir o contexto em que irão atuar os diferentes protagonistas sociais, com interesses muitas vezes opostos.

Percebe-se que a ameaça do capital financeiro à educação e à educação profissional tem se intensificado nos últimos anos. Neste sentido, é preciso estar atento que apesar de todo ataque existente, “a Educação Profissional é um campo de disputa e de negociação entre os diferentes segmentos e grupos que compõem uma sociedade...” (MANFREDI, 2002, p. 61).

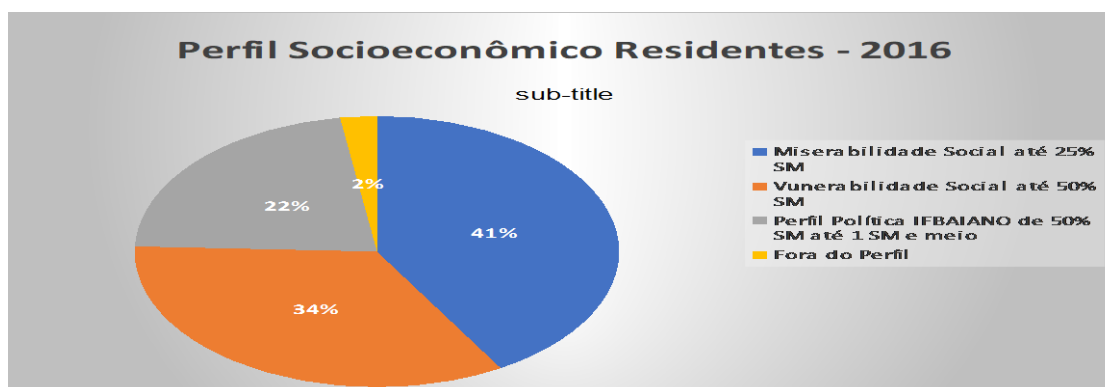
Os processos de participação política abriram brechas, possibilidades de disputa de hegemonia, tanto no interior do próprio aparelho de Estado como no âmbito da sociedade civil. Tais disputas favorecem a constituição de mecanismos de representação, de negociação e de elaboração de estratégias de ação, empurrando a oferta da educação e seu consumo para além das necessidades do sistema produtivo (MANFREDI, 2002, p. 59).

Isto porque, para a autora, os espaços da política tornam-se palco de lutas pela ampliação e melhoria da qualidade da educação, distanciando-a da perspectiva dos grupos hegemônicos. Assim, a escola extrapola a função determinada pelo capital financeiro de ser instrumento de certificação e credenciamento para a manutenção no mercado de trabalho e passa a ser um espaço de inserção política, social e cultural.

Para que a escola possa extrapolar o que o capital e as forças hegemônicas buscam lhe impor é fundamental a intervenção dos sujeitos e seus movimentos sociais, particularmente do movimento estudantil. Sendo este o objeto específico dessa pesquisa, cabe aqui uma caracterização socioeconômica do corpo discente do IF Baiano.

Segue o perfil socioeconômico dos estudantes que ingressaram no *campus* Santa Inês no ano de 2016, tomado como representativo para todo o período da pesquisa.

Figura 3 - Perfil Socioeconômico de Residentes Ingressos no *campus* Santa Inês em 2016



Fonte: Arquivos Pessoais da Pesquisadora

É possível verificar que 41% dos estudantes visitados em 2016 no *campus* Santa Inês vivenciavam situação de miserabilidade social, ou seja, sua renda *per capita* era inferior a 25% do salário mínimo e 34% enfrentavam vulnerabilidade social. Estes dados indicam que 66% dos estudantes que ingressaram na Residência Estudantil em 2016 possuem renda *per capita* inferior a 50% do salário mínimo, o que confirma a realidade social de extrema desigualdade social e respalda a necessidade de Assistência Estudantil para que o estudante possa permanecer na instituição.

Diante deste quadro de vulnerabilidade social dos estudantes se faz preciso voltar a três depoimentos de servidores na pesquisa realizada em relação à concepção do movimento estudantil da Assistência Estudantil como direito:

Eles sempre se atualizam e olham edital para não deixar passar uma vírgula (Entrevista do SI 09).

Às vezes eles só falham em não entender o auxílio como um subsídio – um auxílio. Eles acham que é um salário! (Entrevistado URU 08).

Na prática há um desvio da finalidade da política, como se fosse um bolsa família. Eles entendem com direito, mas não a sua finalidade (o seu objetivo) (Entrevistado URU 05).

É importante salientar que realmente o auxílio financeiro não é uma bolsa família muito menos um salário, mas nem por isso os estudantes deixam de estar certos em “não deixar passar uma vírgula”, em estudar os editais e se atualizarem, afinal muitos deles conhecem a miserabilidade social vivenciada pela sua família e acreditam que com uma educação de qualidade poderão amenizar esta situação. Por isso eles se mobilizam e interditam as BRs e gritam para que a população não permita que o capital financeiro especulativo retire o direito à sua esperança de um futuro melhor que é a educação.

Ofícios encaminhados (2014-2017) pelo Movimento Estudantil dos três *campi* pesquisados (Guanambi, Santa Inês e Uruçuca), indicam uma atitude vigilante e proativa do movimento estudantil no IF Baiano¹.

Alguns documentos merecem destaque: 1. Grêmio: 06/16 – Assembleia Geral dos Estudantes; 08/16 – Adesão à Paralisação; 11/17 – Adesão a Paralisação; 2. Diretório Acadêmico: 06/16 – Assembleia Geral dos Estudantes; 3. Centros Acadêmicos: 06/16 – Assembleia Geral dos Estudantes; 10/16 – Greve Estudantil; 11/16 – Reavaliação do Auxílio Moradia; 04/17 – Solicitação de Auditório para Assembleia; 04/17 – Solicitação de Reunião com Diretor Geral e demais Diretorias; 05/17 – Solicitação de transporte para Congresso da UNE.

O levantamento realizado indica que o Movimento Estudantil do *campus* Santa Inês procura ser atuante e tenta lutar para que as discussões ocorram de forma coletiva (como é possível verificar na Assembleia Geral de 06/16), com adesão a

¹ Foi realizado um levantamento quantitativo no Sistema SIGA ADM do IF Baiano, e foi possível constatar que apenas os documentos encaminhados pelo *campus* Santa Inês para a Direção Geral foram catalogados no Sistema. Sabe-se que a prática de envio de documentação do Movimento Estudantil para a Direção Geral é uma realidade dentro da Instituição até por ser indicação da Reitoria, todavia, o motivo do não registro no SIGA aparentemente mostra que estes ofícios não foram considerados tão importantes para a gestão dos dois *campi* pesquisados. É interessante observar que o *campus* Senhor do Bonfim, que não faz parte da pesquisa por não possuir Residência Estudantil, também teve os ofícios registrados no sistema. Contudo, Guanambi só registrou um ofício em 03/2015 referente à passagem para reunião na Reitoria; e, Uruçuca dois: 02/2014 e 04/2017, o primeiro consta de solicitação de alimentação para posse do grêmio e o segundo, solicitação de transporte. Já no *campus* Santa Inês, o Grêmio Estudantil encaminhou 13 ofícios; o Diretório Acadêmico de Zootecnia 19 ofícios, e os Centros Acadêmicos de Geografia e Biologia, 34 ofícios. Infelizmente, por não constar no SIGA ADM os documentos encaminhados pelos dois outros *campi* para a Direção Geral, não foi exequível fazer um estudo mais completo, sem contar que o IF Baiano ainda não possui um sistema de arquivo organizado nos padrões exigidos pela legislação de documentação.

paralisações nacionais e participação em eventos estudantis, como o Congresso da UNE em 2017.

Retomando o papel da educação, cabe destacar a posição de Meszáros (2007), para quem o consentimento não pode ser dado e a educação não pode ser cão-de-guarda para levar a população ao conformismo e a subordinação às exigências do capital. Convém novamente destacar que o lugar que a educação possui na sociedade é soberano em dois aspectos: 1) Na elaboração de estratégias de mudanças das condições objetivas de reprodução social; 2) Para a automudança consciente das pessoas que passam a ser convidadas a concretizar a criação de uma nova ordem social.

É importante reforçar esta concepção lembrando que de acordo com Dal Ri e Vietitez (2009), o neoliberalismo ao se expressar globalmente de forma político-econômica, acaba cometendo graves falhas, gerando desequilíbrios regionais, enfraquecendo os eixos do sistema mercantil-financeiro, ampliando as desigualdades entre as classes sociais e afetando seriamente a devastação da própria natureza, provocando o crescimento da miséria e da pobreza em todo o mundo.

Consciente do lugar da escola na sociedade capitalista, Ramos (2018) registra que a escola possui uma relação histórica com o mundo da produção. Por isso, a cada nova fase da produção humana, da ciência e da tecnologia aparecem novas alternativas e exigências educativas vão se manifestando.

Por isso Ramos (2018) afirma que:

A rede de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica cumpriu com a finalidade manifesta e tencionou a contradição em benefício do trabalho. Isso quer dizer que os cursos técnicos de segundo grau, ofertados por essas instituições, reuniram formação geral e profissional, com instalações de qualidade, professores bem formados e condições de trabalho[...] lhes conferiam não somente uma formação de qualidade, mas uma compreensão do mundo mais ampliada (RAMOS, 2018, p. 27-28) (grifo nosso).

Isto porque, segundo a autora, “no ensino, é preciso que os conteúdos sejam apreendidos como um sistema de relações que expressam a totalidade social” (RAMOS, 2018, p. 35). Mas, a atual contrarreforma da educação quer destruir tudo que foi conquistado até o momento. Para Ramos (2018), “a contrarreforma atual é a expressão da hegemonia do pensamento burguês, conservador e retrógrado” (RAMOS, 2018, p. 37).

Mas a pesquisadora lembra que “as ideias hegemônicas são aquelas que dão direção cultural e material a um grupo. Ela se disputa e se conquista numa sociedade que tem relações, formalmente, consideradas democráticas...” (RAMOS, 2018, p. 37). E já que o Brasil não vive na atualidade um estado ditatorial, no qual predomina a coerção, o consenso das massas é imprescindível. Por isso, apesar de todo o desmonte que a burguesia tem provocado na Educação e em especial na Educação Profissional, tendo como princípio uma contrarreforma que quer oferecer uma “educação mínima, para cidadãos mínimos” (RAMOS, 2018, p. 40), “as lutas se travam nos planos econômico e político, mas também filosófico” (RAMOS, 2018, p. 42).

A atual contrarreforma do Ensino Médio é mais um componente do movimento austericida liderado pelos que estão no poder e por aqueles que buscam o consenso da sociedade civil por artifícios midiáticos e ideológicos, coordenado pelo “novo regime fiscal” [...] Vivemos, no plano educacional, a violência e o ferimento da morte de um projeto de formação humana voltada para a construção de outra sociedade. Volta-se ao século XIX, quando a classe trabalhadora deveria receber educação somente em doses homeopáticas (RAMOS, 2018, p. 42).

Seguindo este pensamento, Dal Ri e Vieitez (2009) esclarecem que o trabalho e o ensino para o pensamento hegemônico são relevantes como uma forma de qualificar, capacitar os homens para as novas exigências do mercado de trabalho, aumentar a produtividade e criar riquezas. Paralelamente, é uma forma de disciplinar e treinar os trabalhadores para que se adaptem à hierarquia e à divisão do trabalho. Já para o grupo contra-hegemônico, o trabalho é um princípio educativo que proporciona aos homens enquanto sujeitos uma formação integral.

E de forma impactante, Moura (2013) afirma “que é possível, e necessário, plantar e cuidar para que cresçam as sementes da formação humana integral, aproveitando-se das contradições do sistema capital” (MOURA, 2013, p. 713).

Marx, no capítulo XIII de O Capital, ao se referir à legislação fabril inglesa, esclarece que na luta pela conquista do poder há fases intermediárias que vão se engendrando na medida em que as posições relativas das classes em conflito se alteram de acordo com a correlação de forças entre elas (MOURA, 2013, p. 209).

Então, o que está em jogo é correlação de forças, visto que é bem nítido o desmonte que o capital financeiro tenta impor sobre a educação, e Druck, Filgueiras e Moreira (2017) retratam isto de forma clara:

Não pode haver ilusão; o papel do ajuste fiscal não é “sanear” as finanças públicas, como foi no passado, quando o padrão de desenvolvimento era hegemônico pelo capital industrial. Este tipo de política não tem mais essa função nem capacidade, o seu papel é garantir a transferência permanente de recursos públicos e de renda das atividades produtivas para a especulação financeira, da população em geral para os mais ricos[...] O ajuste fiscal tem, claramente, um caráter de classe: é uma escolha a favor do capital, em especial do capital financeiro, e dos mais ricos; e contra os trabalhadores, em especial seus segmentos mais fragilizados (DRUCK; FILGUEIRAS; MOREIRA, 2017, p. 613).

Então a palavra do momento é resistência, pois se é necessário o consenso da população para destruir completamente com a educação, este não é fácil de se obter, mesmo conquistando maiorias eleitorais. Afinal, este consentimento também passa pelos movimentos sociais da educação e, como foi observado, nesse campo há muita resistência. Por sua vez, o movimento estudantil do IF Baiano tem feito a diferença no interior da Bahia, lembrando outras resistências, talvez não tão significativas quanto a Reforma de Córdoba em 1918, mas certamente não menos importante para centenas de famílias pobres que tem seus filhos atendidos nos seus vários *campi*.

Neste sentido, é possível ratificar que Educação é um direito que requer luta social, pois a sociedade comandada pelo capital quer o tempo todo subordinar a educação à lógica do mercado, tornando-a cão-de-guarda (como afirma Meszáros, 2007), porém a resistência é fundamental para que as pessoas possam reler suas realidades, reescrever suas vidas, transformar suas histórias e acreditar na possibilidade de emancipação.

E para se compreender melhor o objeto de estudo desta dissertação que trata de resistência estudantil na Rede IF de Educação, faz-se necessário perpassar um pouco pela história da Educação Profissional que foi criada para os pobres, mas que nunca se permitiu ser pobre, ofertando um ensino de qualidade socialmente referenciado.

2.2. A Educação Profissional criada para os pobres, mas que jamais se permitiu ser pobre

A educação tem um lugar determinante na sociedade dominada pelo capital e a educação profissional também possui este lugar. Sendo assim, a luta pela sua permanência com qualidade socialmente referenciada deve ser intensificada.

Os estudos de Gramsci ressaltaram também a educação profissional. De acordo com Gruppi (1978), Gramsci “indica, na divisão entre escola profissional e escola ginásial-colegial, a fratura típica, da escola italiana: a escola profissional para os que vão trabalhar em posições subalternas e o ginásio-colégio para os quadros dirigentes da sociedade” (GRUPPI, 1978, p. 68) e isto reflete na atualidade os impactos sofridos pela educação profissional.

Manfredi (2002) comenta que os paradigmas que dão suporte à educação profissional foram construídos historicamente e no presente acabam por serem ressignificados.

Assim, entre as diversas concepções, há desde as que consideram a Educação Profissional numa perspectiva compensatória e assistencialista, como uma forma de educação para os pobres, até aquelas centradas na racionalidade técnico-instrumental, as quais postulam uma formação voltada para a satisfação das mudanças e inovações do sistema produtivo e dos ditames do atual modelo econômico de desenvolvimento brasileiro, além de outras orientadas pela ideia de uma educação tecnológica, numa perspectiva de formação de trabalhadores como sujeitos coletivos e históricos (MANFREDI, 2002, p. 57).

Moura (2007) ao fazer uma retrospectiva histórica da educação profissional, afirma que ela foi fruto de uma dualidade visto que a educação básica que possuía um caráter mais propedêutico foi direcionada para as elites, enquanto que a educação profissional foi criada para os filhos das classes populares.

A Educação Profissional teve seus primórdios legais com a oficialização no Brasil do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, no governo Nilo Peçanha, quando foram criadas em todas as capitais as Escolas de Aprendizes e Artífices, como pode ser constatado a seguir na citação deste Decreto:

O aumento constante da população das cidades exigia que se facilitasse às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes na luta pela existência e que, para isso, se tornava necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastassem da ociosidade, da escola do vício e do crime (ROSSETI JÚNIOR, 2018, p. 10).

Por meio deste Decreto Presidencial fica claro que no Brasil a educação tecnológica surgiu como meio de promover o acesso ao mercado de trabalho de

pessoas provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade, como também de enfrentar a ociosidade destes cidadãos.

A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes (MOURA, 2007, p. 06).

De acordo com Pereira (2018), sabe-se que a formação para o trabalho nas primeiras décadas do Brasil republicano foi expediente usado pela classe dirigente como meio de contenção da desordem social, sinais de um período de transição, marcado pelo processo de urbanização, com notável mobilização popular e classista por melhores condições de vida e de trabalho. Foi neste cenário que o presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto 7.566, criou uma rede de Escolas de Aprendizes Artífices, cuja missão primeira seria prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência.

Rossetti Júnior (2018) se refere a este Decreto enfatizando que o objetivo precípuo das Escolas de Aprendizes e Artífices era habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com indispensável preparo técnico e intelectual. Acrescenta ainda que a frase dita pelo Presidente Nilo Peçanha marcou essa ação governamental: “O Brasil de ontem saiu das academias, o de amanhã sairá das oficinas” (ROSSETI JÚNIOR, 2018, p. 07). Ou seja, essa rede era criada para atender aos “desvalidos da sorte”, jovens oriundos das camadas populares da sociedade.

Amâncio Filho (2004), assim como Moura (2007), afirma que o surgimento das escolas técnicas com o objetivo de ensinar algum ofício àqueles ‘desfavorecidos da fortuna’, estabeleceu uma forte divisão entre o ensino técnico e o ensino propedêutico: o primeiro com caráter de terminalidade, destinado aos segmentos populacionais mais pobres e, o segundo, reservado para os filhos das classes sociais mais abastadas, servindo como preparação para o ingresso na universidade.

Moura (2007) explica que em 1910 foi organizado o ensino agrícola com objetivo na época de capacitar capatazes, administradores e chefes de cultura.

A criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do ensino agrícola evidenciou um grande passo ao redirecionamento da educação profissional no país, pois ampliou o seu horizonte de atuação para atender necessidades emergentes

dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria (MOURA, 2007, p. 07).

Convém destacar que no decorrer da história da educação profissional no país, o perfil social dos alunos foi sendo modificado, como reflexo do processo de industrialização, e conseqüentemente, da perda do poder de compra da classe média brasileira. As Escolas Técnicas foram se elitizando e excluindo os alunos de baixa renda. Amâncio Filho (2004) chega a afirmar que o que hoje se observa é um aumento da procura de vagas no ensino técnico por candidatos oriundos das classes média e média alta, provocando mudança no perfil do alunado.

Todavia, com a Política de Cotas implantada no Brasil da década de 2010, a população em situação de vulnerabilidade social voltou a adentrar os Institutos Federais de Educação, inclusive, no IF Baiano a cota para estudantes oriundos das escolas públicas é de 70%.

Senso assim, é momento de plantar e cuidar para garantir o lugar da educação profissional na sociedade capitalista, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nos Institutos Federais, mesmo em tempos de “santíssima trindade do capital”.

Com toda a malignidade que o capital vem dispensando sobre a educação profissional a partir do Governo Temer e sobretudo no Governo Bolsonaro, a frase do momento é “Tira a Mão do meu IF”, campanha essa usada pelo movimento estudantil de todo o Brasil e reanimada pelos profissionais que trabalham nas instituições de ensino federal.

É época de resistência contra todo o desmonte que o capital quer implantar e de se reforçar o cuidado com a educação profissional. É período de se intensificar as pesquisas e os estudos para se provar que só quem oferece educação profissional de qualidade, pública e gratuita são os Institutos Federais.

Plantar significa reforçar as raízes de uma educação que foi criada para os pobres, mas que jamais se permitiu ser pobre. E cuidar é garantir que a qualidade do ensino profissional permaneça com toda a sua riqueza teórica e prática, não sendo afetada pela malignidade do capital.

Sendo assim, o busílis consiste na resistência, pois se eles precisam do consenso para destruir completamente a educação profissional, eles não obterão este consentimento: 1) Porque os movimentos sociais pela educação iram gritar “Tira a mão do meu IF”; 2) Porque os estudiosos da educação profissional irão alertar a

população sobre os reais interesses do capital em atacar a educação profissional, por meio de toda produção teórica que vem desenvolvendo, como no exemplo das ilustrações abaixo:

Figura 4 - Mobilização Estudantil IF Baiano - Santa Inês, 15 mai. 2019



Fonte: Arquivo pessoal da Professora Dolores Setuval Assaritti

Figura 5 - Programa Educação em Pauta entrevista os professores doutores Dante Moura (IFRN) e Ronaldo Marcos Lima (UFPA) - 14 fev. 2014



Fonte: Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/educacao-em-pauta-deste-sabado-fala-sobre-ensino-medio-integrado>>. Acesso em: 06 jun. 2019

A proposta apresentada recentemente de redimensionamento dos Institutos Federais no Brasil reflete claramente os interesses da “santíssima trindade do capital”. Ela vem de cima para baixo e aparece como uma imposição, contudo, os movimentos sociais pela educação e os estudiosos da educação profissional estão aí para enfrentar os ditames do capital financeiro.

A Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) também tem um papel decisivo neste processo de resistência,

realizando estudos para comprovar que o BIRD manipula informações para prejudicar a oferta de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Se a proposta do BIRD, segundo Druck, Filgueiras e Moreira (2017) consiste na: 1. Redução dos recursos destinados às Universidades Federais, buscando recursos em outras fontes ou redefinindo sua estrutura de custos; 2. Introdução de tarifas escolares; 3. Financiamento para estudantes que não puderem pagar as mensalidades; 4. Bolsas de estudos para os estudantes mais pobres, através do PROUNI; a contraproposta da educação profissional – amparada em estudos investigativos consistentes da Andifes e em pesquisas dos estudiosos da educação com aparato teórico em Marx, Engels e Gramsci – é plantar e cuidar para que cresçam as sementes do ensino de qualidade por meio da correlação de forças que jamais irá permitir o consenso que a hegemonia burguesa precisa para dar seguimento à barbárie contra os Institutos Federais.

Lembrando que Leher (2018) ressalta que:

O estudo e o diálogo com os movimentos sociais que tem realizado as lutas mais importantes permitem constatar que estes têm se empenhando na produção autônoma de conhecimento original, capaz de criticar os fundamentos da vida capitalista e aportar alternativas para além da sociedade do capital (LEHER, 2018, p. 122).

E dentro deste processo de diálogo e para se entender de forma mais clara o objeto de estudo proposto nesta dissertação, será agora retratada de forma abreviada, a história do IF Baiano, uma terra fértil para o futuro da Educação Profissional que vem enfrentando a “balburdia” da hegemonia do capital financeiro.

2.3. O Instituto Federal Baiano: terra fértil para o futuro da educação profissional

Para se compreender o tema proposto, faz-se necessário conhecer um pouco da história do IF Baiano e situar os *campi* Guanambi, Santa Inês, e Uruçuca neste contexto (*lócus* da pesquisa), lembrando que esta terra fértil para a Educação Profissional tem sido atacada pela hegemonia do capital financeiro de forma mais intensa nos tempos atuais.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano (2014), a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano começa na cidade de Catu, no final do século XIX, com a oferta de curso profissional na área

agrária que originou a Fazenda Modelo de Criação implantada pelo Governo da Bahia em 1897. Em 1918, foi iniciado o processo de federalização desta fazenda, tendo sido adotada uma política de oferta de técnicas pastoris para a comunidade agrícola local e sendo desenvolvidas atividades de criação até o início de 1964. Neste mesmo ano, ela passou a se chamar Colégio Agrícola de Catu e em 1979, Escola Agrotécnica de Catu (IFBAIANO, 2014).

No ano de 1993, as Agrotécnicas Federais de Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim foram implantadas. Estas escolas tinham por finalidade ofertar ampla formação articulada com os setores produtivos, especialmente nas áreas de agricultura e agroindústria. Em 2008, a lei 11.892 organizou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo a Bahia contemplada com duas instituições de ensino: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e o IF Baiano (IFBAIANO, 2014).

O IF Baiano foi formado inicialmente pelas agrotécnicas de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim. Em 2010, duas novas unidades foram implantadas: Bom Jesus da Lapa e Governador Mangabeira. Em 2013, por meio do Decreto 7.952, as Escolas Médias de Agropecuária Regional (EMARCs) localizadas nas cidades de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença foram incorporadas ao IF Baiano (IFBAIANO, 2014).

Em 2019, o IF Baiano é composto por uma Reitoria localizada em Salvador, pelos 10 *campi* já citados e por 4 novos *campi*: Alagoinhas, Serrinha, Itaberaba e Xique-Xique. Trata-se de uma autarquia vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). Ele tem por finalidade ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, com objetivos de formar e qualificar cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (IFBAIANO, 2014).

Os três *campi* foram escolhidos como lócus da pesquisa em virtude de possuir uma Assistência Estudantil mais completa, e serão agora apresentados.

Figura 6 - Foto do *campus* Guanambi



Fonte: Site do *campus* Guanambi. Disponível em: <www.ifbaiano.edu.br/unidade/guanambi/>. Acesso em: 20 mar. 2019

Campus Guanambi situado no Distrito de Ceraíma, zona rural do município de Guanambi, o *campus* foi criado a partir da Lei nº 11.892/08, com a incorporação da antiga Escola Agrotécnica Antônio José Teixeira à estrutura do IF Baiano. As atividades da antiga Escola Agrotécnica tiveram início em 1995, com o curso Técnico em Agropecuária. O município de Guanambi está situado no Território de Identidade Sertão Produtivo, na região Sudoeste da Bahia, a 677 Km da capital (IFBAIANO, 2014, p. 24).

Cursos ofertados: Técnico Integrado - Agropecuária, Agroindústria, Informática e Informática Proeja; Subsequente: Zootecnia e Agricultura; Superior - Engenharia Agrônoma, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Superior em Tecnologia em Agroindústria e Licenciatura em Química; Especialização - Ensino de Ciências Naturais e Matemática; Mestrado - Produção Vegetal no Semiárido.

Figura 7 - Foto do *campus* Santa Inês



Fonte: Site do *campus* Santa Inês. Disponível em: <www.ifbaiano.edu.br/unidade/santaines/>. Acesso em: 20 mar. 2019

Campus Santa Inês Localizado na BR 420, Rodovia Santa Inês – Ubaíra, zona rural, foi criado em 2008, pela Lei Federal 11.892, a partir da antiga Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês. Com a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em 2010, esse *campus* passa também a ofertar o Ensino Superior. O *campus* está situado na Zona Rural do Município de Santa Inês, que possui uma área de 315,657 km², e população estimada em 11.186 habitantes (IBGE, 2014). Santa Inês compõe, com outros 19 municípios, o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, distando 3 km da sede municipal e 285 km da capital do estado (IFBAIANO, 2014, p. 26).

Cursos ofertados: Técnico Integrado - Agropecuária, Zootecnia e Alimentos; Subsequente - Informática; Superior - Bacharelado em Zootecnia, Licenciatura em Geografia e Licenciatura em Biologia.

Figura 8 - Foto do *campus* Uruçuca



Fonte: Site do *campus* Uruçuca. Disponível em: <www.ifbaiano.edu.br/unidade/uruçuca/>. Acesso em: 20 mar. 2019

Situado na Rua Dr. João Nascimento – s/n – Centro, Uruçuca, foi criado através da Lei nº11.892/08, a partir da integração da antiga Escola Média de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – EMARC. Essa unidade de ensino teve uma trajetória peculiar, pois se originou da Estação Experimental, criada em 1923, primeiro centro de pesquisa de cacau do mundo. O município de Uruçuca está situado a 401 Km da capital, possui uma área de 391,975 Km² e população estimada em 21.924 (IBGE, 2014). Localiza-se no Território de Identidade Litoral Sul (IFBAIANO, 2014, p. 28-29).

Cursos ofertados: Técnico Integrado - Guia de Turismo e Informática; Subsequente - Alimentos, Agrimensura e Agropecuária; Superior - Gestão de Turismo, Agroecologia e Engenharia de Alimentos.

O IF Baiano é realmente uma terra fértil para a Educação Profissional. Neste sentido, conforme Leher (2018), diante das adversidades, é necessário “estretar o diálogo com as lutas sociais que incidem sobre os determinantes do capitalismo

dependente” (LEHER, 2018, p. 196). Lembrando conforme Fernandes (1989), que “o dinheiro público deve ser investido no ensino público, laico e gratuito” (FERNANDES, 1989, p. 91).

Parafrazeando Leher (2018), é preciso que o IF Baiano enfrente um tríplice desafio: 1. Esmero com os processos de formação, assegurando a real apropriação crítica dos problemas; 2. Debates com a sociedade e em particular com os movimentos; 3. Valorização de espaços acadêmicos interdisciplinares. E Leher ressalta ainda que dentro deste triplo desafio, o núcleo da agenda da educação deve incluir o redimensionamento das políticas em prol dos estudantes, especialmente de assistência estudantil.

Diante do exposto, torna-se importante lembrar que de acordo com Oliveira (2010), tanto para Florestan quanto para Gramsci, a defesa da escola, do rigor científico, da seriedade dos estudos e da pesquisa, estão conectadas com uma identidade política engendrada no enredo das relações sociais e das lutas de classes.

Assim, neste contexto de lutar pela educação e de forma específica pela educação profissional, o coletivo precisa gritar: “Tira a Mão do Meu Direito à Educação!”.

3. TIRA A MÃO DA MINHA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Este capítulo aborda a Assistência Estudantil em uma conjuntura de hegemonia do capital financeiro especulativo, tendo como cenário maior a formação da sociedade brasileira a partir da análise de Florestan Fernandes, e a relacionando ao Império Americano, amparado nas concepções de Luiz Alberto Bandeira. Em seguida, a Política Nacional de Assistência Estudantil e suas especificidades dentro da Educação Profissional, são retratadas enfocando a luta do Movimento Estudantil pela Educação e pelo direito à permanência. Por fim, recorrendo ao conceito de hegemonia, reflete a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano para uma melhor compreensão das lutas sociais no campo da educação.

3.1. A assistência estudantil em um contexto de hegemonia do capitalismo financeiro especulativo

A Assistência Estudantil é fundamental para a permanência do estudante na Instituição de Ensino, mas é preciso deixar bem claro que ela não é um favor, e sim um direito, principalmente em uma sociedade como a brasileira, que de acordo com Fernandes (1975), apesar de ter se livrado da condição legal de colônia, continuou na condição de sujeição à vontade econômica externa. Sobre essa heteronomia econômica, o autor afirma:

A persistência das estruturas de produção colonial polarizava os dinamismos econômicos nas relações de produção interna com o mercado externo e mantinha um padrão de heteronomia econômica quase sufocante. Boa parte do crescimento e de seus reflexos sobre o desenvolvimento urbano teve origem, nesse período, nas alterações que a autonomização política introduziu nas relações de dependência econômica, resultantes desse padrão de heteronomia (FERNANDES, 1975, p. 78).

Fernandes (1975) considera ter existido as três fases no desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira: 1. Fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno que consiste na verdade em uma fase de transição neocolonial (que vai da abertura dos portos até a sexta década do século XIX); 2. Fase de formação e expansão do capitalismo competitivo que se caracteriza pela consolidação e disseminação desse mercado e por seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico (que vai da sexta década do século XIX até à

década de 50 do século XX); 3. Fase de irrupção do capitalismo monopolista, que apresentou um quadro histórico profundamente diverso do da escala mundial.

Florestan explica que “a economia brasileira se relacionou com a expansão do capitalismo monopolista segundo a forma típica que ela assumiu com referência à parte mais pobre, dependente e subdesenvolvida da periferia (FERNANDES, 1975, p. 255). Para o sociólogo e educador, é sob o capitalismo monopolista que o desenvolvimento desigual da periferia se torna mais perverso.

É importante destacar que Florestan, de acordo com Leher (2018), estuda particularidades da revolução burguesa em um país atrasado como o Brasil, visando esclarecer os mecanismos de dominação imperialista no contexto atual. E assim, “coloca no núcleo sólido do seu conceito o problema das classes e da luta de classes” (LEHER, 2018, p. 131).

Fernandes (1968) esclarece que para se realizar uma caracterização sociológica das classes sociais nas sociedades subdesenvolvidas, o ponto central está na forma como os processos de estratificação social se atam com a ordem econômica, concebida pela existência de uma economia de mercado de bases capitalistas.

Pessoas e grupos de pessoas, em posições estratégicas, adquirem probabilidades únicas de concentrarem ainda mais em suas mãos uma renda, um prestígio social e um poder já exageradamente concentrados. O regime de classes vincula-se, portanto, a um aumento crescente das desigualdades econômicas, sociais e políticas, preservando distâncias e barreiras sociais antigas, nas relações entre estratos sociais diferentes, ou engendrando continuamente outras novas (FERNANDES, 1968, p. 82).

Neste sentido, Leher (2018) registra que Florestan sintetiza a análise materialista história das classes sociais a partir de Marx e Engels, e então passa a teorizar classe social como relação social. Diz ainda que Florestan examina as relações de classe no capitalismo nacional e reafirma a centralidade na luta de classes. E ele vai mais além, fazendo uma análise dura da realidade na qual “as reformas profundas para instaurar um verdadeiro sistema nacional de educação são inaceitáveis para o bloco do poder” (LEHER, 2018, p. 121).

Leher (2018) afirma que Florestan foi profundamente impactado pela resistência dos setores dominantes frente a um projeto de regulamentação geral da educação de corte liberal. Sendo assim:

A partir do início dos anos 1960, em particular após o golpe de 1964, Florestan conclui que para compreender de modo profundo a correlação de forças era preciso superar a análise centrada no país. As classes dominantes nacionais não se movem de modo autônomo, por isso, é imprescindível compreender os nexos e determinações que as vinculam ao imperialismo (LEHER, 2018, p. 83).

Reforçando essa concepção, Algebaile (2009), ao abordar a especificidade da escola no Brasil, afirma que ela precisa ser associada a um conjunto de relações políticas, econômicas e sociais envolvidas com o processo de formação da sociedade brasileira, e para isto é preciso levar em conta o modo de inserção deste país dentro do capitalismo. Isto porque, segundo a autora, trata-se de um Estado com forte orientação por projetos de inserção econômica e cultural mundial, que de acordo com o pensamento de Florestan, renovam e aprofundam incessantemente, uma condição capitalista dependente, alicerçada por uma elite que, para requalificar seu poder, de modo corrente, só pode garantir apenas a integração parcial da totalidade social.

As mudanças sociais mínimas, no sentido do alívio da pobreza, são, para o capital internacional, garantias de manutenção de um mínimo de coesão social capaz de comportar em certos limites a barbárie que, disseminada, poria em riscos os investimentos e a acumulação ampliada do capital (ALGEBAILLE, 2009, p. 235).

Algebaile (2009), da mesma forma que Leher (2018), registra ainda que Florestan empreendeu uma ampla defesa de acesso irrestrito à educação pública e que sua definição sobre o capitalismo dependente é fundamental para a compreensão dos processos que envolvem a escola brasileira.

Os processos econômicos que podiam ser desencadeados, orientados e organizados através dos modelos econômicos transplantados visavam a acelerar o desenvolvimento econômico interno segundo objetivos que o articulavam, heteronomicamente, aos dinamismos das economias centrais. Daí podia resultar um desenvolvimento paralelo do capitalismo no Brasil. Esse capitalismo não continha, porém, as mesmas características estruturais e funcionais do capitalismo vigente nas nações dominantes [...] a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de capitalismo dependente (FERNANDES, 1975, p. 90).

Como forma de fomento de espaço de diálogo sobre os atuais ataques à educação profissional e com o intuito de discutir a situação que vem enfrentado a educação na atualidade, em virtude do ataque do imperialismo, o Sinasefe - IFBA

organizou o Seminário “Tire a Mão do Nosso IF: Diálogos sobre a Educação Profissional e Tecnológica”.

Figura 9 - Seminário SINASEFE - IFBA (2019)

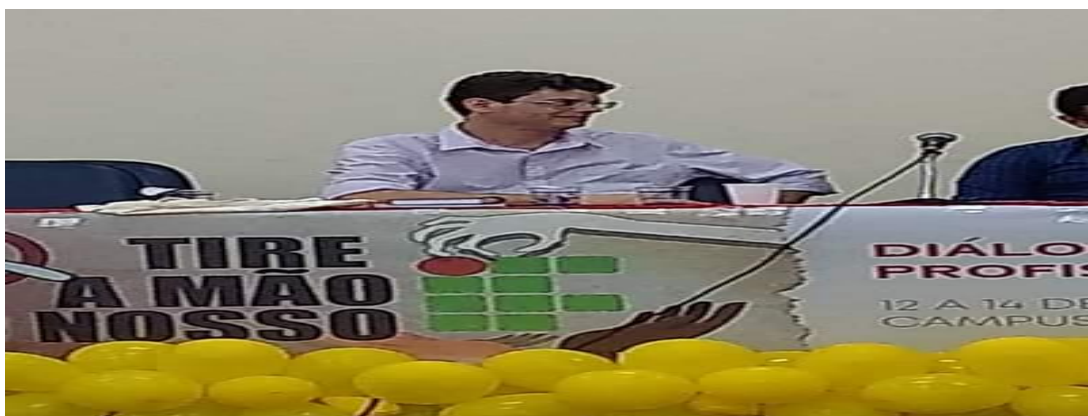


Fonte: Sinasefe IFBA. Disponível em: <www.sinasefeifba.gov.br>. Acesso em: 03 mai. 2019

Na Palestra de abertura, ministrada pelo Prof. Dr. Penildon Silva Filho, intitulada “Os Institutos e as Universidades Federais no contexto da ‘balburdia’: desafios e resistências”, que ocorreu no dia 12 de setembro de 2019, algumas observações foram destacadas pelo preletor e por sua relevância precisam ser aqui especificadas:

O atual ataque a educação é sistêmico e global, por isso a resistência/mobilização também precisam ser globais; a estratégia de privatização da educação não é algo isolado. Faz parte de uma proposta internacional. O Governo Bolsonaro representa a fase avançada de um golpe que vem se estendendo há anos; é importante ressaltar que quando o capital entra em crise ele aumenta a exploração para sair da crise. Ele retira direitos e reforça a repressão política. E por ser o capitalismo do Brasil periférico isto é realizado de forma mais acentuada ainda (SINASEFE - IFBA, 2019, p. 01).

Figura 10 - Palestra Prof. Dr. Penildon Silva Filho



Fonte: Arquivo pessoal da autora

O palestrante embasou suas concepções teóricas no livro de Luiz Alberto de Moniz Bandeira, *A Formação do Império Americano* (2019), o qual apresenta uma leitura atual da hegemonia do capitalismo financeiro.

Voltando a Florestan – que com certeza se ainda estivesse vivo estaria fazendo parte deste processo de enfrentamento do capitalismo financeiro na luta pela permanência da educação pública, gratuita e de qualidade –, em 1975, ao escrever o livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, deixou claro que os Estados Unidos agigantaram-se e conseguiram consolidar “uma hegemonia sem paralelos na vida econômica” (FERNANDES, 1975, p. 248) do Brasil.

Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total. Ele não conhece fronteiras e nem tem freios. Opera a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras. A norma será: “o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil...” (FERNANDES, 1975, p. 274).

Bandeira (2019) ao abordar o imperialismo registra que nos tempos atuais ele se tornou ultra imperialismo e que os Estados Unidos representam a única potência capaz de executar esta política. Ela significa a exploração de todo o mundo pelo capital financeiro, unido internacionalmente, globalizado.

O capitalismo, que antes se opunha ao Estado, passou a utilizá-lo na sua expansão, demandando a superação das normais débeis de Estado, geradas na época da economia natural e da economia simples de mercado, i.e., a reorganização das superestruturas políticas, mediante o robustecimento de um poder central, com a formação de um Estado unitário, que servisse como alavanca para a abertura de mercados e assegurasse a continuidade do processo de acumulação (BANDEIRA, 2019, p. 39).

O autor ressalta que o fato do BIRD e o FMI terem sido sediados em Washington, “permitia que os funcionários do Departamento do Tesouro e do Departamento do Estado exercessem decisiva influência para que suas decisões atendessem aos interesses e objetivos da política internacional dos Estados Unidos” (BANDEIRA, 2019, p. 137). Ele chega a afirmar que os Estados Unidos acreditam ser o povo eleito por Deus e por isso deveriam projetar-se através de uma expansão territorial.

E Leher (2018), com base em pesquisas, faz uma séria denúncia, ressaltando que “o capital atua na disputa da educação objetivando direcionar verbas públicas para os seus próprios negócios” (LEHER, 2018, p. 63) e Florestan já avisava: “agora

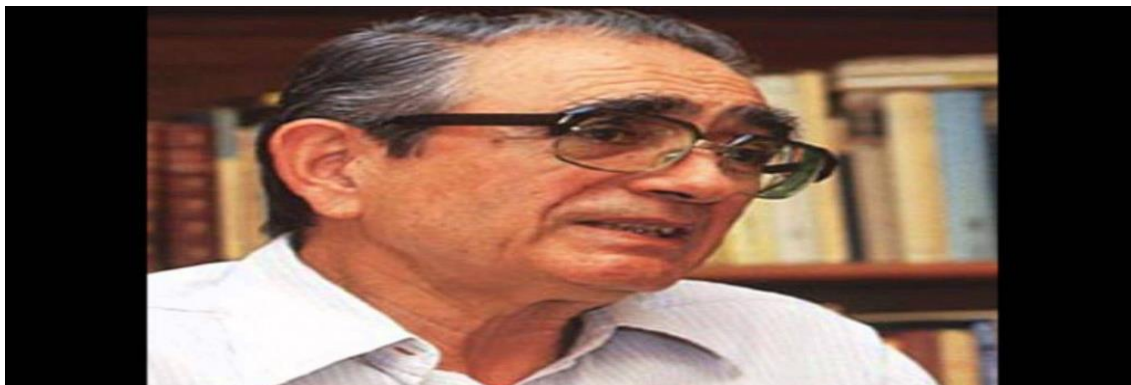
nós temos uma indústria de ensino que visa à acumulação do Capital” (FERNANDES, 1989, p. 129).

Entre os setores que maior êxito tem tido na apropriação das verbas públicas, é imperativo listar as universidades, as faculdades e as escolas isoladas controladas pelos fundos de investimentos, os grupos editoriais e o sistema educacional patronal, com o Sistema S, e por meio de renúncia fiscal no imposto de renda das famílias usuárias das instituições privadas. A força desses segmentos se soma à de outros sujeitos coletivos relevantes, como o confessional, o comunitário e a vasta rede assistencial, dita filantrópica (LEHER, 2018, p. 63).

Bandeira (2019), da mesma forma que Lamamoto, reporta-se a uma trindade do governo ultra imperial composta pela Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, e afirma que eles deveriam supervisionar e fazer cumprir as normas do sistema, comandado pelo cartel das potências industriais, sede de em média 60 corporações, que sufocavam a autonomia e erodiam a soberania dos estados nacionais, através da globalização. Os Estados Unidos manobravam a OMC, o FMI e o Banco Mundial.

Não sem razão, Florestan denunciava que “o sistema público de ensino estreitou-se e foi deliberadamente obsoleto para abrir todos os espaços à privatização do público e ao desenvolvimento rápido do ensino particular, leigo e confessional” (FERNANDES, 1989, p. 39). E ao mesmo tempo ele acreditava naquilo que chamava de “motor do movimento de reivindicações”, que deveria ser movido pelo “amor à escola, à pesquisa, à transmissão e à produção do saber” (FERNANDES, 1989, p. 81). O mesmo amor que leva o movimento estudantil da Rede IF a gritar: “Tira a Mão da Minha Educação!”.

Figura 11 - Florestan Fernandes



Fonte: Redes Sociais

É nesta sociedade brasileira, dependente e subordinada, que se necessita ampliar a Assistência Estudantil como um eixo estruturante da Política Nacional de Educação. E para isto é necessário que seja reforçado o discurso vivo de Florestan de “amor à escola, à pesquisa, à transmissão e à produção do saber”. Sem dúvidas, um grande desafio!

3.2. O Programa Nacional de Assistência Estudantil

Convém ressaltar que Assistência Estudantil é fundamental para a permanência e êxito do estudante na Instituição. Com base nas lutas do Movimento Estudantil e do Fonoprace – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, foi instituído em 2010 o Decreto 7.234, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

No entendimento de Almeida (2013), a Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, criada em 1989, representa as Universidades Federais e Institutos Federais junto ao Ministério da Educação. A Andifes, através do Fonaprace, que é seu fórum assessor, possui grande preocupação com as questões relacionadas à Assistência Estudantil, e inclusive realiza estudos e pesquisas com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico dos estudantes matriculados nestas instituições de ensino superior. Kowalski (2012) afirma ainda que tanto o Fonaprace quanto a UNE promoveram vários debates para discutir a Assistência Estudantil.

Kowalski (2012) ressalta que a ascensão dos direitos é resultado de lutas e conquistas sociais que muitas vezes vivenciam um “processo histórico cheio de vicissitudes, em que as necessidades e as aspirações são articuladas em reivindicações no embate de peleja até serem reconhecidos legalmente como direitos” (KOWALSKI, 2012, p. 133). Mas é preciso ter consciência que “o direito à educação não é apenas a questão de garanti-la nas legislações brasileiras: o Estado tem um papel fundamental em criar medidas, políticas sociais com vista a facilitar a plena realização deste direito” (KOWALSKI, 2012, p. 136).

O Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o PNAES. O artigo 1º destaca que “o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de

permanência dos jovens na **educação superior pública**” (BRASIL, 2010, art. 1º) (grifo nosso).

Os objetivos do PNAES consistem em:

I. Democratizar as condições de permanência dos jovens na **educação superior pública federal**; II. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da **educação superior**; III. Reduzir as taxas de retenção e evasão; IV. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, art. 2º) (grifo nosso).

As ações de Assistência Estudantil no PNAES, de acordo com o art. 3º, devem ser desenvolvidas em dez áreas:

I. moradia estudantil; II. alimentação; III. transporte; IV. atenção à saúde; V. inclusão digital; VI. cultura; VII. esporte; VIII. creche; IX. apoio pedagógico; X. acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010, art. 3º).

Antes de comentar sobre este artigo convém lembrar que segundo Moura (2007), a estrutura da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) está dividida em dois níveis: educação básica e educação superior; e por incrível que pareça a Educação Profissional (EP) não se encontra em nenhum dos dois níveis, o que consolida a dualidade histórica de forma completamente clara. Para ele, a EP não faz parte da educação regular brasileira, pois é tida como algo que vem em paralelo, como um verdadeiro apêndice apelidado de modalidade.

Sendo assim, pode-se sugerir que no artigo 4º desse Decreto, a EP é lembrada, talvez nem mesmo como um apêndice (como na LDB), mas como uma “prima distante” que precisa de assistência, e que dessa vez é denominada de “aquela que possui especificidades”, a que é incluída agora como “abrangências”.

As ações de Assistência Estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, **abrangendo** (grifo nosso) os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas **especificidades** (grifo nosso), as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas do seu corpo discente (BRASIL, 2010, art. 3º).

Almeida e Rodrigues (2012) deixam um alerta, visto que é necessário ter uma cuidadosa atenção ao modo como as interfaces com a educação tem se apresentado,

por meio de diferentes programas sociais no campo da cultura, do lazer, da política de atenção à criança e ao adolescente, da política para a juventude, da assistência, do trabalho e do enfrentamento da pobreza. Isto porque a educação deixa de ser valorizada e passa a ser parte das estratégias de sobrevivência da população em função da vinculação desse acesso à obtenção de um recurso social no âmbito dos programas sociais. Isto tem causado uma distorção da compreensão da assistência social como direito social, segundo os autores, direito que assegure uma renda mínima a uma dimensão assistencialista.

Outra questão que merece destaque é que o PNAES no artigo 5º registra que: “Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010, art. 5º).

É preciso alertar que este artigo do PNAES apresenta uma concepção assistencialista pois é necessário deixar claro que a assistência estudantil é para todos os estudantes e não apenas para aqueles em situação de vulnerabilidade social. Os auxílios financeiros sim, deverão ser destinados para os discentes oriundos das classes desfavorecidas, todavia, a Assistência Estudantil (AE) vai muito além de distribuição de auxílios ou bolsas.

Neste sentido, Souza (2017) esclarece que a AE não pode ser entendida somente por um caráter de recursos financeiros.

Pois, além de propiciar mecanismos de desenvolvimento da aprendizagem, também tem que prezar pelo bem-estar e qualidade de vida do estudante, prevenindo condições de risco, fomentando a participação em todos os espaços do instituto e para além dele, como participe das relações sociais, que se desenvolve em sociedade, tendo condições de exercitar, com consciência, sua identidade como ser social (SOUZA, 2017, p. 148-149).

Voltando ao PNAES, ele apresenta também como áreas de atuação: atenção à saúde, cultura, esporte e apoio pedagógico; então, isto é a prova de que a assistência estudantil deverá ser destinada a todos os estudantes e não apenas para aqueles em situação de vulnerabilidade social. Talvez pelo motivo do PNAES não estar regulamentado como uma política, acabe gerando tanta confusão na concepção da sua abrangência. Inclusive Kowalski (2012) registra que em pesquisa realizada, identificou que os próprios servidores das Instituições de Ensino Superior acabam

confundindo a assistência estudantil com a assistência social. Porém, isto representa uma questão polêmica dentro do Serviço Social e que não será tratada aqui por não se referir ao objeto do estudo desta dissertação.

Por outro lado, é necessário lembrar que o controle social precisa ser exercitado sobre os programas e projetos da Assistência Estudantil e o movimento estudantil pode contribuir para isto, participando de comissões que objetivam “fiscalizar” a destinação dos recursos da assistência estudantil. Neste sentido, Teixeira (2009) afirma que o planejamento de um programa requer decisão, ação e controle social, pois, o ideal democrático exige cidadãos atentos para as escolhas das alternativas apresentadas pelas forças políticas e sociais. “O controle e avaliação do orçamento público assume cada vez mais importância numa sociedade que se democratiza” (TEIXEIRA, 2009, p. 568).

Convém ressaltar que Nascimento (2014) registra que houve um crescimento nos recursos orçamentários para os programas de assistência estudantil, mas por outro lado, as ações também aumentaram em virtude do processo de expansão de vagas na rede federal de ensino. Isso implica que “o crescimento absoluto dos valores continua expressando insuficiente dotação orçamentária para dar conta das necessidades estudantis apresentadas, especialmente pelo perfil socioeconômico dos estudantes que ocupam as vagas ofertadas, pois obviamente a gratuidade dos cursos não garante as condições de acesso e permanência” (NASCIMENTO, 2014, p. 134-135).

A questão do orçamento da AE merece uma atenção especial visto que os seus programas devem ser desenvolvidos com qualidade. E o movimento estudantil deve participar ativamente da gestão de todos os programas inseridos na política de assistência estudantil, principalmente com os cortes orçamentários ocorridos com o novo governo Bolsonaro que não tem a educação como prioridade.

É necessário afirmar, parafraseando Moura (2013), que quem vai plantar e cuidar para que cresçam as sementes da educação de qualidade são os movimentos sociais pela educação, principalmente o dos estudantes, que são os mais diretamente afetados pela ameaça do capital financeiro à educação e à educação profissional.

Em relação à assistência estudantil, Dutra e Santos (2017) afirmam que ela é alvo de muitas discussões da comunidade acadêmica e hoje ela possui um papel de centralidade para o Estado, o qual foi conquistado como resultado de muitas lutas do

movimento estudantil, organizadas pela UNE e pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace.

No Brasil, segundo as autoras, as primeiras práticas de Assistência Estudantil ocorreram na década de 1930: “uma importante ação de assistência prestada ao estudante nesse momento foi a abertura da Casa do Estudante do Brasil, a qual se estabeleceu no Rio de Janeiro no início dos anos 1930, com o objetivo de auxiliar os estudantes com maiores dificuldades econômicas” (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 150).

Dutra e Santos ainda destacam que em 1937, com o apoio do Ministério da Educação, a Casa do Estudante do Brasil realizou o 1º Conselho Nacional dos Estudantes, e a partir daí conseguiu criar a entidade máxima dos estudantes, a União Nacional dos Estudantes (UNE), como fruto da necessidade da organização política da categoria estudantil. “A criação da UNE no bojo das organizações dessa residência universitária já aponta para a sua ligação com a AE” (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 151).

A assistência estudantil na educação profissional deve ser compreendida em um contexto diferenciado no qual esteja implícito que ela possui suas especificidades, até porque é fruto de um apêndice da LDB, e por incrível que possa parecer ela também é colocada como um apêndice no próprio Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Souza (2017) lembra que tanto a história da Assistência Estudantil quanto a da educação profissional possuem traços multifacetados e ainda em construção.

A principal lacuna no trato da Assistência Estudantil na Educação Profissional é que a sua história se perde nos marcos da história do Ensino Superior Brasileiro. Há claramente demarcadas e sistematizadas ações consideradas precursoras da Assistência Estudantil que refletem o movimento de luta pela educação superior no Brasil. A Educação Profissional tem em si uma característica que a difere da superior: é uma educação voltada para o labor, que tem em sua gênese a formação da força de trabalho. Logo, pensar Assistência Estudantil na Educação Profissional, é a partir do referencial de educação destinada aos trabalhadores (SOUZA, 2007, p. 44).

Antes convém salientar que o Plano Nacional de Educação 2014-2024 registra como estratégia para a meta 11 referente à expansão da EP, “elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio” (BRASIL, 2014, p. 72).

Todavia, na realidade dos Institutos Federais esta elevação gradual não vem ocorrendo como esperado, pois se o recurso financeiro da política de permanência

não tem sido afetado teoricamente pelos cortes, na prática a realidade é outra, porque as instituições de ensino vêm perdendo recursos e a sua forma de sobrevivência acaba recaindo sobre o da assistência estudantil.

Em relação ao IF Baiano (estudo de caso da pesquisa) e aos três *campi* lócus da pesquisa (Guanambi, Santa Inês e Uruçuca), percebe-se que durante os anos de 2014 a 2017 o orçamento não “sofreu” alteração. Todavia, na aplicação dos recursos o impacto tem sido grande.

Tabela 2 - Distribuição da Assistência Estudantil 2014-2017

<i>Campi</i>	2014	2015	2016	2017
Guanambi	R\$ 1.675.890,20	R\$ 1.884.760,00	R\$ 2.216.337,00	R\$2.219.548,00
Uruçuca	R\$ 1.374.213,00	R\$ 1.741.294,00	R\$ 1.936.239,00	R\$ 1.806.469,00
Santa Inês	R\$ 1.722.089,22	R\$ 1.952.928,00	R\$ 1.884.422,00	R\$ 1.923.911,00

Fonte: Matriz CONIF 2014, 2015, 2016 e 2017

Verifica-se que no “mundo orçamentário” da assistência estudantil a crise não chegou. O discurso político é de que os recursos da AE não estão sendo afetados ainda. Para tanto, isto não ocorre. Em 2014, por exemplo, o *campus* Santa Inês não precisava redirecionar a AE para o custeio do Refeitório; já em 2016 foi preciso retirar R\$ 450.000,00 para o Programa de Alimentação Estudantil.

Na pesquisa realizada para esta dissertação, um dos entrevistados teceu o seguinte comentário em relação ao tema proposto:

Por meio de um relatório da Assistente Social a CLAE conseguiu recursos extras para comprar óculos e cama para os estudantes em 2014. Foi por causa deste recurso que passei uma tarde inteira assinando liberação de cama e óculos! (Entrevistado SI 10).

Por outro lado, ao ser indagado sobre a autonomia da Comissão, outro entrevistado respondeu claramente sobre como a crise vem afetando a assistência estudantil:

A CLAE tem autonomia, com algumas exceções em relação a divisão dos recursos financeiros, principalmente nos últimos anos (de crise – 2015 em diante) (Entrevistado SI 02).

Neste sentido, Araújo e Rodrigues (2010) registram que a educação, inclusive a profissional, faz parte de campos de disputa nos quais prevalecem dois tipos de abordagem: 1) Os que buscam a conformação dos homens à realidade dada; 2) Os que procuram a transformação social. Segundo esses autores, “tais abordagens consubstanciam em nossa sociedade, dois projetos antitéticos de formação dos trabalhadores: uma pedagogia focada no trabalho e outra pedagogia focada no capital” (ARAÚJO; RODRIGUES, 2010, p. 51).

Os autores registram que é necessário um projeto democrático de educação profissional que assuma uma nova postura frente aos saberes, às práticas de ensinar e de aprender, aos procedimentos de organização curricular e de avaliação. E a construção dessa EP qualitativamente nova perpassa pela sua emancipação em relação ao controle do capital.

No intuito de compreender melhor o objeto de estudo que retrata a política de permanência dentro de uma escola de educação profissional, será agora analisada a política de assistência estudantil do IF Baiano. Para tanto, será inserida a concepção gramsciana de hegemonia, visando elucidar o contexto vivido por esta política nos tempos atuais.

3.3. A Política de Assistência Estudantil do IF Baiano

Em relação ao estudo de caso desta pesquisa, é importante destacar que em 2008, por meio da Lei n. 11.892, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. É Moura (2007) quem ressalta: “uma possibilidade para os filhos da classe trabalhadora é a tentativa de ingresso em uma das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, instituições que historicamente atuam como referência nos vários componentes que constituem a formação integral” (MOURA, 2007, p. 21).

No caso da Bahia, o IF Baiano agregou as antigas Escolas Agrotécnicas Federais e as Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Ceplac (EMARC), todas pré-existentes à mencionada lei. Sua missão consiste em “oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão” (IFBAIANO, 2015, p. 21).

A primeira versão da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano foi aprovada em 2011; a segunda, em 2016; e a terceira em 2019. Ela traz como objetivo geral: “o desenvolvimento de programas e ações que visem a democratização do acesso, a permanência e o êxito no percurso formativo do (a) estudante, enquanto cidadão(ã) em processo de desenvolvimento, propiciando-lhe o exercício pleno da cidadania” (IFBAIANO, 2019, p. 01).

E nesta perspectiva ela apresenta os seguintes programas:

I. Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante - PAISE; II - Programa de Auxílios Eventuais - PAE; III - Programa de Residência Estudantil; IV - Programa de Alimentação Estudantil; V - Programa de Incentivo à Participação Político Acadêmica - PROPAC; VI - Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer - PINCEL; VII - Programa de Prevenção e Assistência à Saúde - PRO-SAÚDE; VIII - Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico - PROAP (IFBAIANO, 2019, p. 06-07).

A Política de Assistência Estudantil do IF Baiano elenca as atribuições da Comissão Local de Assistência Estudantil (CLAE), a qual é composta por vários sujeitos que contribuíram com a pesquisa empírica realizada (2014-2017) para esta dissertação.

A primeira incumbência da CLAE consiste em divulgar as ações da assistência estudantil na perspectiva de consolidá-la como política institucional. Neste sentido, alguns depoimentos foram registrados na pesquisa: “Tudo era afixado no mural da Assistência Estudantil” (Entrevistado GUA 01); “Divulgava por meio de reunião no Auditório e passava todos os detalhes para os estudantes” (Entrevistado SI 01); “Tinha sempre quórum na assembleia dos estudantes para repassarmos as informações e a administração também estava presente” (Entrevistado URU 07); “Divulgação no site e nos murais. Os estudantes da CLAE socializavam as informações com os colegas. A CLAE ia nas salas para informar aos estudantes as etapas dos programas. Nunca ficou nada na escuridão!” (Entrevistado URU 02).

A segunda atribuição da CLAE consiste em acompanhar e avaliar os programas, projetos e ações desenvolvidos no âmbito da Política de Assistência Estudantil nos *campi*.

Tabela 3 - Existência de Participação Estudantil na Divisão dos Recursos

Entrevistado	Estudantes participam	Estudantes não participam	Estudantes às vezes participam	Total
Estudantes	10	-	03	13
Servidores	12	-	01	13
Gestores	04	-	02	06
Total	26	-	06	32

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora

Verifica-se que de acordo com a opinião dos entrevistados, 82% dos estudantes participam da divisão dos recursos, momento em que são definidos os programas, projetos e ações a serem desenvolvidos durante o ano. E 18% participam às vezes, sendo suas ausências justificadas por excesso de atividades acadêmicas.

Outra tabela que sugere que existe este acompanhamento refere-se à periodicidade de reuniões da CLAE.

Tabela 4 - Periodicidade de Reuniões da CLAE

Entrevistado	Semanal	Quinzenal	Mensal	Não há periodicidade	Total
Estudantes	04	07	02	-	13
Servidores	02	05	02	04	13
Gestores	01	03	-	02	06
Total	07	15	04	06	32

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora

Verifica-se que 47% dos entrevistados afirmam que ocorrem reuniões quinzenais, 22% semanal, 13% mensal e 18% que não há periodicidade visto que as reuniões são por demandas. As demais atribuições consistem em:

III - estabelecer a criação dos núcleos assistenciais que lidarão com os Programas; IV - prestar os devidos esclarecimentos sobre os programas e ações da Assistência Estudantil; V -reunir-se anualmente ou quando necessário para proporem à Direção Geral sugestões para a utilização dos recursos da Assistência Estudantil; VI - ao final de cada processo de seleção para o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE), enviar relatório contendo as informações solicitadas pela Diretoria de Assuntos Estudantis; VII - acompanhar aplicação dos recursos financeiros da rubrica da Assistência Estudantil; VIII - designar representante para participar da realização de diagnóstico e emitir parecer dos serviços prestados pelos refeitórios; IX - designar representante para participar da realização de diagnóstico e emissão de parecer para conhecimento das condições de infraestrutura das residências; X - elaborar relatório anual referente à implementação dos programas e enviá-lo para a Coordenação Geral de Assistência Estudantil, com cópia para a Diretoria de Assuntos Estudantis; XI

– colaborar com a DAE na análise e emissão de parecer sobre os casos omissos (IFBAIANO, 2019, p. 07-08).

Convém ainda ressaltar que de acordo com a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, o PNAES é executado por meio dos programas, dentre eles o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE):

É destinado aos estudantes regularmente matriculados, que possuam renda *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente, conforme definido pelo decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre Programa Nacional de Assistência Estudantil, para garantia da permanência dos mesmos na instituição, durante os anos destinados ao processo formativo do curso escolhido (IFBAIANO, 2019, p. 08).

Em relação à CLAE, os seguintes depoimentos foram registrados nas entrevistas:

Os programas eram discutidos e a divisão dos recursos ocorria de forma participativa, com a inclusão dos estudantes. Foi adquirido o suporte para bicicletas, Academia para os estudantes residentes, geladeira, micro-ondas e TV de Led para as Residências (Entrevistado GUA 08).

Desenvolve os programas e busca fazer gestão participativa do orçamento (Entrevistado GUA 03).

Tudo era discutido em grupo e era muito organizado (Entrevistado SI 04).

Tão atuante que eu não podia viajar sem comunicar a escola, por causa das assinaturas e reuniões. A CLAE exigia muito do estudante! (Entrevistado SI 07).

A CLAE era obrigada a ser atuante, principalmente porque se tratava de recursos financeiros. Era uma das comissões que mais trabalhavam (Entrevistado URU 01).

Realiza reuniões, discute os temas pré e pós edital. Discutindo e avaliando a efetividade, abrangência e eficácia da Política (Entrevistado SI 05).

Quanto à atuação do Grêmio Estudantil na luta pelos direitos, no depoimento dos estudantes na pesquisa realizada, os entrevistados de Uruçuca afirmaram que o Grêmio era muito atuante entre 2014 e 2015 e existia diálogo com o Centro Acadêmico. Em Santa Inês, eles faziam muita manifestação – chegando a interditar a BR 420 –, o Grêmio tinha muita responsabilidade em relação ao direito dos estudantes; por isso eram ativos, faziam reuniões e participavam de manifestações externas. Em Guanambi, faziam muitas reuniões, organizavam palestras e criaram o Cine IF e outros projetos.

Já quanto aos Diretórios ou Centro Acadêmico no engajamento desta luta pela Educação e pela Assistência Estudantil, sete estudantes, sendo quatro de Santa Inês e três de Uruçuca, definiram os Diretórios ou Centro Acadêmicos como participativos. Em Santa Inês os seguintes comentários foram tecidos pelos entrevistados: os estudantes participavam mais do que assistiam aula, 90% dos estudantes participavam das reuniões, as informações eram transmitidas para os demais estudantes. Já em Uruçuca, o Centro Acadêmico ajudou até no reconhecimento do curso. A atuação era em parceria com o Grêmio; ocorriam muitas viagens, principalmente em época de greve.

Dois gestores classificaram os DAs ou CAs como participativos (Santa Inês e Uruçuca), alegando que eles estavam presentes em todas as reuniões e eram muito politizados, inclusive em Uruçuca eles influenciavam o Grêmio Estudantil.

Isto sugere que o IF Baiano possui realmente um diferencial na sua política de assistência estudantil: a gestão com a participação estudantil. Um estudante residente afirmou que não poderia se deslocar da Instituição sem comunicar a CLAE, isso representa o tamanho da responsabilidade que ele possuía enquanto representante. No *campus* Santa Inês não era liberado desde óculos para estudante até uma televisão para o gabinete odontológico sem a assinatura do representante estudantil que era aluno titular na CLAE.

No presente ano, o *campus* Santa Inês nem sabe se ofertará óculos para os estudantes porque o seu orçamento foi afetado por diversos cortes, tendo sido necessário que a CLAE liberasse R\$ 760.000,00 para o Refeitório Estudantil. Em 2019, a CLAE recebeu R\$ 2.090.999,72 para Assistência Estudantil, todavia passou a custear rubricas que não eram pagas pela Assistência Estudantil, como por exemplo, a segurança para os estudantes no *campus*.

É neste sentido que Almeida e Rodrigues (2012) acreditam que pensar a educação nos marcos da sociedade do capital exige refletir sobre seu processo hegemônico, como também nas possibilidades de resistência e de constituição de outras formas de sociabilidade.

Ainda dentro desta perspectiva, Saviani (2008) afirma que a educação se destina à promoção do homem. Desta forma, um processo de desenvolvimento que considere o homem como a principal preocupação com certeza terá a educação como setor fundamental.

Neste caminho, Meszáros (2007) registra que “é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa significativamente diferente (MESZÁROS, 2007, p. 198). Por sua vez Iasi (2014), lembra que o fundamento da emancipação humana consiste na possibilidade de os homens assumirem o controle da história de forma planejada e consciente.

Contribuindo com esta perspectiva e reforçando o pensamento de Meszáros, Nogueira e Nogueira (2014) afirmam que a escola e o trabalho pedagógico desenvolvido por ela só podem ser entendidos na perspectiva de Bourdieu, quando relacionados ao sistema das relações entre as classes. Dentro desta concepção, a escola é compreendida como “uma instituição a serviço da reprodução e da legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2014, p. 71).

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o material necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostos (MÉSZAROS, 2011, p. 202).

Por isso, Almeida e Rodrigues (2012) registram que para que a educação se torne um direito livre das artimanhas do capital é preciso caminhar na direção da construção de uma nova ordem social, ou uma nova perspectiva cultural, algo que se articula com a hegemonia numa escala macro.

Nessa direção, Gramsci reflete sobre a concepção de uma nova hegemonia e um novo bloco histórico, os quais, na linha teórica desta dissertação, são necessários para a análise do tema proposto.

Segundo Vacca, o “conceito de hegemonia contém tanto uma teoria da história quanto uma estratégia política” (VACCA, 2016, p. 39), e ele “descreve o surgimento de nova hegemonia nas relações internacionais, baseada na expansividade do poderio industrial, comercial e cultural dos países capitalistas mais avançados...” (VACCA, 2016, p. 51). Vacca explica (2016) que Gramsci é considerado um clássico porque seu pensamento transcende fronteiras temporais. Afirma que entre a teoria e a prática política de Gramsci existe coerência.

Esse estudioso das obras de Gramsci registra que “n’ *Os Cadernos do Cárcere* [...] o conceito de hegemonia implica a capacidade das classes dominantes de produzir estabilidade e gerar consenso” (VACCA, 2016, p. 17). Nesse sentido, para Vacca:

O exercício da hegemonia internacional visa a neutralizar os adversários, impondo-lhes a aceitação duradoura da própria subalternidade. É um exercício que se baseia na possibilidade de definir o próprio papel, mas também o de decidir o dos aliados e o dos adversários em medida mais ou menos compartilhada. Mais do que a hegemonia de uma “grande potência”, conviria, portanto, falar de constelações hegemônicas, nas quais o país-guia busca e em certa medida obtém o consenso dos outros países graças a um cálculo ponderado das relações de força e dos respectivos interesses (VACCA, 2016, p. 125).

Seguindo este raciocínio, Simionatto (1993) compreende que o conceito de hegemonia encaminha a elucidação das relações entre infraestrutura e superestrutura, ou seja, ao modo como as classes sociais se concatenam e efetuam as suas funções no interior do bloco histórico. Sendo assim, a hegemonia possui um movimento dialético, por isso a luta pela hegemonia nas sociedades de capitalismo imperialista não se encontra restrita às instâncias econômicas e políticas, mas abarca também a esfera da cultura e nesta, a educação.

Assim compreendido, esse conceito torna-se relevante à essa pesquisa, que reflete a hegemonia do capital financeiro em uma escola de educação profissional (o IF Baiano), bem como a resistência do Movimento Estudantil na garantia ao direito à educação e à assistência estudantil.

Algebaile (2009) ao estudar a escola pública, afirma que as concepções gramscianas auxiliam a dar visualidade às relações de força que vivenciam a política de educação.

A função própria da hegemonia é a “direção”, mas seu exercício não elimina a necessidade de “domínio”. Domínio e direção se complementam, especialmente nas democracias modernas, em que o consenso de parcelas significativas da sociedade torna-se parte fundamental da base de legitimidade a partir da qual o grupo dominante, no comando do Estado, fortalece sua autoridade no uso dos mecanismos de coerção – a lei, a polícia, as forças militares, o planejamento institucional – para conter a ação e limitar a difusão dos propósitos dos antagonistas (ALGEBAILLE, 2009, p. 81).

A autora chega a afirmar que a discussão de Gramsci lança luz sobre os sentidos ocultos de algumas reformas educacionais e cita como exemplo a própria

aprovação da atual LDB cuja “polêmica gerada em torno dela deu visibilidade ao caráter dramático que ainda marcava o acesso à escolarização no Brasil” (ALGEBAILLE, 2009, p. 119).

Sendo assim, “a análise gramsciana evidencia, portanto, que não é suficiente lutar apenas pela extinção da apropriação privada dos meios de produção, mas que se deve lutar também pela extinção da apropriação elitista da cultura e do saber”. (SIMIONATTO, 2011, p. 55). Compartilhando desta forma de pensar, Gruppi (1978) afirma que:

A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas transformações de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através da sua ação política, ideológica e cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leva à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder (GRUPPI, 1978, p. 70).

Gruppi (1978) procura explicitar que na concepção de Gramsci as classes sociais dominadas acabam por participar de uma concepção de mundo imposta pelas classes dominantes. E vai mais além, afirmando que a ideologia da classe dominante chega às classes subalternas por vários meios, através dos quais “a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia. **Um desses canais é a escola**” (GRUPPI, 1978, p. 68) (grifo nosso).

A hegemonia pressupõe que o grupo dominante observe os interesses e as tendências dos grupos que domina. Isto porque:

A direção do outro implica a incorporação de algumas de suas expectativas, de forma que ele se reconheça, em alguma medida, nas ideias e nas ações implementadas pelo grupo dirigente. O “consenso” acerca das diretrizes de ação do grupo hegemônico, nesse caso, não depende de que estas sejam consideradas válidas. Apenas implica o entendimento de que, entre outras formas possíveis de ação, tais diretrizes são as que permitem, em determinado contexto, o melhor saldo de perdas e ganhos, seja em termos de interesses, seja em termos de valores (ALGEBAILLE, 2009, p. 166-167).

Convém registrar que não foi Gramsci quem criou o conceito de hegemonia². Todavia, Gramsci ampliou o significado de hegemonia para a construção de um consenso ativo e conflitivo entre aqueles que defendem o mesmo projeto de sociedade.

Isso nos diz que o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda a sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (GRUPPI, 1978, p. 03).

Todavia, enquanto esta nova hegemonia não se planta, é preciso ter consciência de que a educação também faz parte das contradições que envolvem as lutas sociais por direitos. Neste sentido, o IF Baiano também participa deste processo de não consentimento desta hegemonia dominante e o movimento estudantil vai à rua gritar: “Tira a mão do meu IF” e “Tira a Mão da Minha Assistência Estudantil”.

Figura 12 - Estudantes da Rede IF em Manifestação



Foto: Arquivo pessoal da Psicóloga Dinúbia Paulo de Araújo

² Este, segundo Gruppi (1978), deriva do grego *eghestal*, que significa conduzir, ou também do verbo *eghemoneo* que implica em conduzir, ser guia. Relata o autor que o antigo grego entendia por *eghemonia* a direção suprema do exército.

4. MOVIMENTOS QUE GRITAM “TIRA A MÃO DO MEU DIREITO”

Este capítulo se propõe a retratar os Movimentos Sociais, amparado em estudiosas como Ângela Alonso, Leonilde Medeiros e Maria da Glória Gohn. Também serão avaliados alguns fatos históricos que acompanham a trajetória histórica do movimento estudantil no Brasil e, a partir disso, discutidos aspectos da pesquisa documental realizada no IF Baiano relativos aos Encontros e Congressos (2014-2017) do seu movimento estudantil. Por fim, será abordada a relação do Serviço Social na educação com o movimento estudantil.

4.1. Movimentos sociais que gritam “Tira a Mão do Meu Direito”

O movimento estudantil da Rede IF neste contexto de cortes orçamentários é o primeiro a gritar: “Tira a mão do meu IF!”, isto porque ele é um movimento social comprometido que entende a educação como direito e luta pela sua sobrevivência. As características do período estudado repercutem na atualidade, por isso apesar da pesquisa ter como recorte temporal o período compreendido entre 2014 a 2017, essas balizas são compreendidas como tais e não como marcos intransponíveis. Assim, experiências ou acontecimentos anteriores ou posteriores poderão surgir nesta apresentação.

Gruppi (1978) registra que as necessidades e reivindicações efetivas das classes dominadas as impulsionam para ações, lutas e movimentos, enfim para “um comportamento mais geral que entra em contradição com a concepção do mundo na qual elas foram educadas” (GRUPPI, 1978, p. 69).

O caminho pelo qual os grupos sociais subalternos podem rever a concepção de mundo no qual foram educados passará pelo engajamento em um movimento social. Ao menos essa hipótese parece estar em consonância com o que propõe uma das principais referências acadêmicas brasileira para o tema da ação social movimentalista.

Neste sentido, Gohn (2013) afirma que os movimentos sociais contemporâneos procuram organizar e conscientizar a sociedade, trazem conjuntos de demandas via práticas de pressão ou mobilização e possuem continuidade, permanência. Eles elaboram diagnósticos sobre a realidade social e a partir daí fazem

propostas. “Atuando em redes, constroem ações coletivas de resistência à exclusão e lutam pela inclusão” (GOHN, 2013, p. 311).

Na concepção de Gohn (2013), na década de 2010, os movimentos estão reformulando a pauta das demandas focadas agora em problemas da vida cotidiana como emprego, educação, saúde e denúncias contra o capital financeiro especulativo, que é considerado o maior responsável pelas crises econômicas do século XXI. O aumento das manifestações gerou a ampliação das demandas com um foco central: a péssima oferta de serviços públicos, principalmente em quatro áreas: saúde, educação, transporte e segurança pública.

Nesta perspectiva, ao se reportar à relação entre movimentos sociais e educação, Gohn (2011) acredita que quando ocorrem negociações, diálogos ou confrontos, surge um caráter educativo nas práticas referentes ao ato de participar. Para a autora, os movimentos sociais são fontes de inovação e matizes geradoras de saberes, sendo este um processo de caráter político-social.

A relevância do movimento estudantil para fortalecimento das ações de assistência estudantil requer a presença de três características indicadas por Gohn (2011) como essenciais aos movimentos sociais e que se apresentam no campo do dever ser, mas que nem por isto deixam de ser essenciais: 1. Identidade, no caso relacionada à luta pela educação; 2. Clareza do seu opositor, que não é a gestão local, mas sim estruturas políticas e econômicas hegemônicas pelo capital financeiro e especulativo; 3. Projeto de vida e de sociedade, que ligaria o ME à luta por uma nova hegemonia.

Sendo assim, na pesquisa realizada nos três *campi* do IF Baiano em relação à concepção do movimento estudantil quanto à Assistência Estudantil na perspectiva do direito, algumas respostas merecem destaque, apesar de não poderem ser consideradas verdades absolutas, representam o pensamento de pessoas que convivem com a realidade social vivenciada na educação: um entrevistado afirmou que principalmente após a queda de Dilma o ME passou a ter uma maior noção dos acontecimentos; outro afirmou que os alunos se interessavam, questionavam, se posicionavam, faziam denúncias; e uma servidora disse que eles sempre se atualizavam e analisavam o edital para não deixar passar uma vírgula. Neste sentido, uma entrevista informa:

Desde 2015 já haviam começado os cortes e os recursos acabavam sendo direcionados para outros programas além do PAISE. O movimento estudantil na CLAE discutia os cortes do governo federal e ajustava, diminuía o número de vagas (Entrevistado URU 03).

Já no que se refere à participação ativa do movimento estudantil na Gestão da Política de Assistência Estudantil, a seguinte tabela expressa a opinião dos estudantes entrevistados.

Tabela 5 - Participação do Movimento Estudantil na Gestão da Assistência Estudantil na Visão dos Estudantes

Entrevistado	Participa	Não participa	Participa mais ou menos	Total
Guanambi	04	-	01	05
Santa Inês	05	-	-	05
Uruçuca	02	-	01	03
Total	11	-	02	13

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora

Os entrevistados ainda ressaltaram que os estudantes eram bem atuantes, por isso a participação estudantil sempre foi intensa. Eles emitiam vários documentos e realizavam diversas manifestações. Eles estudavam as minutas dos editais e se envolviam nas discussões, merecendo destaque o seguinte depoimento: “Tanto participava, que eu como estudantes era responsável pela ‘contabilidade’ da CLAE, afinal era aluno de exatas” (Entrevistado SI 01).

Ressaltando as diversas estratégias dos movimentos sociais, Medeiros (2012) registra que os instrumentos que os grupos utilizam para se fazer ver e representar na atualidade são: manifestações, encontros, congressos, marchas, atividades de formação e outras. A autora traz uma citação que é fundamental na luta do IF Baiano, no caso específicos de lutas nacionais: “se nos detivermos só no olhar para o local, talvez percamos de vista a importância que ganham as alianças internacionais para dar voz, criar uma rede de proteção e denúncia às lutas locais” (MEDEIROS, 2012, p. 30).

Nos últimos anos, além da imprensa escrita e de programas radiofônicos e televisivos, os movimentos têm se utilizado largamente de outros meios de comunicação, viabilizados pela internet. As mais significativas organizações hoje, tanto de caráter nacional como local, têm suas páginas na web, onde difundem conteúdos relacionados às suas atividades [...] Cada vez mais, a internet tem um papel importante de articular militantes, atrair adesões, convocar manifestação, etc. (MEDEIROS: 2012, p. 28-29).

Noutra análise, Alonso (2009) considera que em razão da mundialização do capital, a mobilização passou a visar a produção e circulação de conhecimento, com a bandeira da democratização. Ainda afirma a autora que a área de educação é estratégica para os movimentos populares e cita como ação coletiva nova neste campo o surgimento dos chamados “bacharelados populares”, organizados em antigas fabricas de ex-trabalhadores, em ações chamadas “fábricas recuperadas”.

Dentro desta perspectiva, Gohn (2011) explica que lutas e movimentos pela educação são processuais, pois ocorrem dentro e fora das escolas e em outros espaços institucionais. “Lutas pela educação envolvem lutas por direitos e fazem parte da construção da cidadania. O tema dos direitos é fundamental, porque dá universalidade às questões sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas, atribuindo-lhes caráter emancipatório” (GOHN, 2011, p. 346). Mas a autora vai mais além ao registrar que:

Partir da óptica dos direitos de um povo ou agrupamento social é adotar um princípio ético, moral, baseado nas necessidades e experiências acumuladas historicamente dos seres humanos, e não nas necessidades do mercado. A óptica do direito possibilita-nos a construção de uma agenda de investigação que gera sinergia, não compaixão, que resulta em políticas emancipatórias, não compensatórias (GOHN, 2011, p. 347).

Gohn (2011) deixa claro que os movimentos sociais pela educação atingem questões acadêmicas, mas também de gênero, etnia, nacionalidades, religiões, pessoas com necessidades educativas específicas, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais e outros. Por isso, eles tornam-se fontes e agências de produção do saber. A participação na instituição escolar promove aprendizado político para participação na sociedade como um todo.

A autora ainda esclarece (GOHN, 2011) que movimentos de diferentes matrizes políticas da educação têm enfatizado as políticas públicas que priorizem a educação com suportes orçamentários adequados. E exemplifica citando o Fórum Nacional de Luta pela escola Pública e o Movimento Compromisso Todos pela Educação.

Quando a disputa hegemônica no campo da educação é observada em uma perspectiva histórica, é possível perceber que a luta esteve sempre travada em torno da educação pública de qualidade, na qual se insere a questão da Assistência Estudantil, tendo o movimento social dos estudantes como um protagonista essencial.

4.2. Movimento Estudantil gritando “Tira a Mão do Meu Direito”

Neste sentido, Montaño e Duriguetto (2011) registram que a partir de 1960, as questões relacionadas ao ensino superior nas universidades brasileiras passaram a ser foco central na ação do movimento estudantil que passou a ter como premissa a defesa da universidade pública e gratuita com qualidade. Interessante observar que essa bandeira de luta assume contornos de acordo com a conjuntura histórica.

Nos tempos da autocracia burguesa, as ações políticas do movimento estudantil estavam voltadas para a denúncia da interferência norte-americana na educação por intermédio do acordo MEC-Usaid (agência dos Estados Unidos para o “Desenvolvimento Internacional – criada em 1961, para desenvolver programas de assistência econômica e humanitária), que visava à privatização do ensino superior. Nos tempos contemporâneos, o caráter denunciativo e opositivo de seguimentos do movimento estudantil está nas contrarreformas na área educacional operada pelos governos neoliberais pós década de 1990 (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 288).

Esses pesquisadores ainda comentam (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011) que o ano de 1975, no Brasil, teve como destaque o ressurgimento do movimento estudantil que sofreu toda a pressão da Ditadura Militar. Eles ocuparam as reitorias, organizaram passeatas e greves pelas lutas mais gerais e pelo retorno ao Estado Democrático de Direito. Inclusive em 1992, os chamados “caras pintadas” foram às ruas clamando pelo impeachment do Presidente Collor de Mello.

É preciso destacar que segundo Montaño e Duriguetto (2011), os anos 2000 tiveram como destaque as lutas estudantis contra o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), contra a corrupção nas universidades, contra as Fundações Privadas. Convém ressaltar que existe muita polêmica em relação à UNE quanto ao seu apoio a estas políticas governamentais, o que acabou gerando um foco de tensão no movimento estudantil brasileiro, pois alguns defendem a necessidade de romper com a UNE e outros defendem a sua permanência. Inclusive, os que condenam a UNE criaram em 2004, a Coordenação de Lutas dos Estudantes (CONLUTE) e em 2009, a Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL). Mas os autores ressaltam que “além das divergências e disputas ideopolíticas existentes no interior do ME, a participação e a militância nesse movimento são frequentemente destacadas pelos seus sujeitos como de importância

fundamental para a formação político-ideológica” (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 290).

Lutar por direitos e ir além dos direitos, mesmo em épocas de hegemonia do capital financeiro. No Brasil, a luta do ME por garantia de direitos é intensa, cheia de contradições, mas é viva e corre na veia dos estudantes contagiando outros movimentos sociais. As batalhas são travadas *pari passu*, mesmo que o inimigo maior seja a burguesia.

Para se pensar no movimento estudantil como um movimento social que luta pela garantia do direito mesmo em tempos de hegemonia do capital financeiro, faz-se necessário refletir também sobre o marco da história das universidades latino-americanas que foi a Reforma de Córdoba. “Pensar e construir uma universidade a partir da América Latina era um dos desafios que o movimento estudantil de Córdoba, na Argentina, defendeu em seu Manifesto de 21 de junho de 1918” (NETO, 2011, p. 62).

E Leher (2018) registra que em 1918 os estudantes de Córdoba lutaram pela autonomia, pela laicidade, pelo governo compartilhado e outros direitos e diz que a sua agenda tem enorme atualidade por tratar de temas como democratização. “Entretanto, o problema do imperialismo não foi dimensionado em todas as suas dimensões pelo movimento de Córdoba” (LEHER, 2018, p. 197). Neste sentido, o escritor afirma que as lutas estudantis devem pensar a função social da universidade, problematizando as relações desta com o Estado.

Acredita-se que no Brasil um dos efeitos do Movimento de Córdoba foi a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937. Inclusive Montaña e Duriguetto (2011) registram que a UNE possibilitou que as lutas estudantis, que antes eram caracterizadas pela fragmentação, fossem articuladas de forma mais expressiva em nível nacional.

Desde sua criação até a década de 1950, o movimento estudantil, mediante a atuação da UNE, participou de lutas importantes no cenário político como das mobilizações contra o estado Novo; a campanha pelo ingresso no Brasil na Segunda Guerra Mundial aos lado dos aliados, a chamada “Campanha contra o eixo”; a defesa do patrimônio territorial e econômico do país expressa por meio da campanha “O petróleo é Nosso”, entre outras ações (MONTAÑO; DURIGUETO, 2011, p. 287-288).

Simonini e Souza (2018) afirmam que apesar da organização da UNE não ter sido excluída de conflitos, o seu papel se configurou como de grande importância na constituição de um referencial mais orgânico do ME no Brasil.

Os autores ainda lembram que quando em 1º de abril de 1964, o país foi impactado com a notícia do Golpe Militar, “a sede da UNE foi invadida, saqueada e queimada, indicando a indisposição dos aliados daquele novo regime de governo para com a postura contestatória e conectada a orientações socialistas de muitos que militavam no movimento estudantil” (SIMONINI; SOUZA, 2018, p. 04).

Para Simonini e Souza (2018), o governo ditador pretendia controlar as discussões desenvolvidas no meio acadêmico as quais só poderiam a partir daquele momento ter como pauta o respeito às regras, a moralidade, a harmonia entre as diferentes áreas da universidade e a promoção de debates de ordem técnica. Para isto, o Governo Federal criou o Diretório Nacional dos Estudantes, que era responsável pela coordenação dos Diretórios Estaduais, aos quais eram sujeitos os Diretórios Centrais que organizavam os Diretórios Acadêmicos de cada curso. Assim, o governo tentava regular o movimento estudantil.

É interessante registrar que ainda segundo Simonini e Souza (2018), durante o período de repressão militar a UNE foi impossibilitada de estar à frente de uma coordenação orgânica do momento estudantil e os estudantes ficaram dispersos, porém atuaram na clandestinidade visto que eram praticadas extremas violências contra qualquer forma de contestação e muitos discentes foram perseguidos, torturados, mortos ou dados como desaparecidos.

A retomada da UNE só começou a se desenhar a partir do ano de 1975, quando os estudantes aproveitavam dos encontros científicos de suas áreas para se organizar enquanto grupo. E no período de 29 a 30 de maio de 1979, com o apoio do governo baiano, ocorreu em Salvador o congresso de reconstrução da entidade (SIMONINI; SOUZA, 2018, p. 07).

No entendimento destes autores, no período de redemocratização do Brasil, o ME passou a abraçar pautas de lutas que iam além das questões universitárias. Passaram a debater sobre cultura, diversidade sexual, etnia, racismo, feminismo, gênero e outros, como também se articularam com maior intensidade às lutas dos movimentos sociais. Igualmente, em várias ações em prol da melhoria da educação outros movimentos sociais uniram-se ao ME.

No período de recorte da pesquisa, o Movimento Estudantil do IF Baiano, no sentido de garantir o espaço da educação dentro de uma perspectiva de construção de uma nova hegemonia, procurou organizar espaços de reflexão como Encontros de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano: *campus* Guanambi - 2014, *campus* Bom Jesus da Lapa - 2014 e *campus* Uruçuca - 2017, como também o Congresso Estudantil que ocorreu no *campus* Lapa em 2016.

É importante salientar que só foi possível ter acesso às resoluções dos Encontros e do Congresso devido ao apoio da estudante Daiane Assis³.

Figura 13 - Foto Daiane Assis – *campus* Santa Inês



Fonte: Facebook do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano - postado em: 13 out. /2016

Figura 14 - I Encontro de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano – *campus* Guanambi⁴



Fonte: Blog do IF Baiano - postado em: 04 set. 2014

³ Vale ressaltar que durante todo o curso a estudante atuou com representante da Comissão Local de Assistência Estudantil do *campus* Santa Inês e que representa o protagonismo estudantil do IF Baiano.

⁴ Convém ressaltar ainda que não foi possível ter acesso à resolução do 1º Encontro de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano, todavia, por meio do Blog do IF Baiano – *Bem Baiano*, em reportagem postada em 04 de setembro de 2014, foi destacado o evento e adicionadas algumas fotos.

Figura 15 - I Encontro de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano – *campus Guanambi*



Fonte: Blog do IF Baiano – postado em: 04 set. 2014

De acordo com o blog do IF Baiano (2014) no entendimento do presidente do Grêmio Estudantil do *campus* Governador Mangabeira, Jefferson Santos, o encontro teve o objetivo de organizar o movimento estudantil e discutir questões ligadas à permanência, assegurando um programa de assistência qualificado.

Figura 16 - II Encontro de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano – *campus Bom Jesus da Lapa*



Fonte: Facebook do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano - postado em: 24 set. 2015

No II Encontro de Entidades de Base do Movimento Estudantil do IF Baiano, os discentes elencaram alguns desafios, podendo ser destacados:

Link da página institucional do IF Baiano para o Movimento Estudantil; informações e transparência no gasto do capital; informações e transparência do PAISE; sala adequada para todos os Grêmios e DAs; Cartilha institucional para orientação as bases do movimento estudantil; análise em saída dos professores das casas nos *campi* dando espaço para residência estudantil;

calendário das ações do movimento estudantil (Resolução II Encontro de Entidades de Base do Movimento Estudantil do IF Baiano, 2015, p. 01).

O 1º Congresso Estudantil do IF Baiano, ocorreu no *campus* Bom Jesus da Lapa, entre os dias 11 a 14 de novembro de 2016.

Figura 17 - I Congresso Estudantil Unificado do IF Baiano – *campus* Bom Jesus da Lapa



Fonte: Disponível em: <www.comissãodce.wix.com/coneif>. Acesso em: 23 jul. 2019.

Conforme a memória de ata do 1º Congresso Estudantil Unificado do IF Baiano (2016), redigida pela estudante Daiane Assis França, no evento ocorreu o Painel 2 – “Movimento Estudantil e Lutas no Brasil” com a participação do professor Carlos Magno e dos estudantes: Glória Silva, Nágila Maria e Nadson Rodrigues. A mesa foi mediada por Humberto Carvalho – Coordenador da Comissão Pró-DCE.

A mesa em caráter reflexivo e os (as) convidados (as) destacaram as lutas dos movimentos sociais no país e na América Latina, ao qual destacaram o alerta para a instabilidade política e econômica do país e as perdas da classe trabalhadora e dos estudantes (I Congresso Estudantil Unificado do IF Baiano, 2016, p. 01).

Conforme a Resolução do III Encontro de Entidades de Bases do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano (2017), que ocorreu entre os dias 07 a 10 de setembro de 2017, no *campus* Uruçuca, a pauta do evento foi “O Instituto Que Queremos” e a redação ficou sob a responsabilidade do estudante Odair Campos Santos Júnior.

Figura 18 - III Encontro de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano – *campus* Uruçuca



Fonte: Arquivos pessoais da pesquisadora

Ocorreu uma palestra sobre “Análise da Conjuntura Política e a Contribuição dos Coletivos e Movimentos Sociais na Politização dos (as) Estudantes”, proferida pelo professor Carlos Magno, pelo estudante Natan Ferreira e pela psicóloga e agricultora familiar Angélica Anuniação.

Os quais realizaram as reflexões sobre o papel histórico que os/as estudantes do IF Baiano estão construindo na sociedade, e que com as dificuldades encontradas ao passar dos anos com essa conjuntura atual e suas consequências[...] foram abordados o papel da juventude nas redes e nas ruas para promover estas mudanças estruturais, foram destacados o desmonte da educação pública brasileira pelo Governo Temer e venda de nossa soberania nacional com a entrega de nossas riquezas ao capital estrangeiro... (Resolução III Encontro de Entidades de Bases do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano, 2017, p. 02).

Em seguida foi ministrada uma palestra sobre “Assistência Estudantil – Permanência Qualificada” por Juliana Alves (Diretora de Assuntos Estudantis do IF Baiano) e pela Assistente Social do *campus* Santa Inês - Nívia Barreto, quando foi realizada uma explanação sobre o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Foi destacada a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano e as diferenças da implementação da política nos *campi* e os estudantes foram convocados a contribuírem na construção e implementação desta política.

Figura 19 - III Encontro de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano – Palestra Nívia Barreto



Fonte: Arquivos pessoais da pesquisadora

Algumas ações foram pontuadas nos Grupos de Discussão: 1. Campanha pela Valorização das (os) Cotistas no IF Baiano; 2. Cotas Raciais no PAISE; 3. Observatório da diversidade; e outros. E o Grupo de Estudantes Auxiliados pelo PAISE destacaram os seguintes itens: 1. Fomentar o aumento na quantidade de vagas ofertadas e no valor, para os estudantes; 2. Divulgar e disponibilizar com excelência os auxílios ofertados pelo programa; 3. Fomentar acesso ao Pró-Saúde em todos os *campi* do IF Baiano, incluindo um profissional de Educação Física para auxiliar nas atividades da comissão; 4. Fiscalizar alunos contemplados pelo PAISE, para averiguar se há real necessidade de ser contemplado pelos auxílios; 5. Políticas de Saúde no IF Baiano.

Voltando a Gohn (2011), é possível identificar no ME do IF Baiano as três características indicadas pela autora, como requisitos para um movimento social: 1. A Identidade: a luta pela educação; 2. Clareza do seu opositor: estruturas políticas e econômicas hegemônicas pelo capital financeiro e especulativo; 3. Projeto de vida e de sociedade: a luta por uma nova hegemonia.

Lembrando que Alonso (2009) já afirmava que a área de educação é estratégica para os movimentos sociais. E, parafraseando Medeiros (2012), é possível afirmar que manifestações, encontros, congressos, marchas e atividades de formação são instrumentos fundamentais para que os estudantes possam se fazer ver e representar na atualidade.

Em se tratando destes instrumentos, em 2019, o *campus* Bom Jesus da Lapa do IF Baiano organizou um documentário com interessantes depoimentos dos estudantes:

O governo não investe na educação porque a educação pode derrubar o governo, eu não estou aqui para fazer balbúrdia; Sr. Presidente, eu não venho para o IF fazer balbúrdia, eu tô aqui na escola para fazer ciência, educação e tecnologia; venho em busca de um ensino melhor, não estou aqui para fazer balbúrdia (Documentário Tira a Mão do Meu IF: *campus* Bom Jesus da Lapa, 2019).

Este vídeo está sendo divulgado em todas as redes sociais e, em tom que emociona, os estudantes mostram, dentre outras coisas, a rotina de dificuldades para chegar até o Instituto. Eles acordam 04 horas da manhã, enfrentam estrada de chão para estar na escola às 7h, estudam em turno integral e passam pela mesma luta para voltar para casa, tudo isso porque eles acreditam que o IF Baiano oferece uma educação diferenciada e que ninguém pode tirar a mão deste direito.

Verifica-se que o ME do IF Baiano possui um grande potencial, mas isolado em 15 cidades do interior fica inviável enfrentar todo este desmonte da educação. Por isso eles se articulam em redes sociais, organizam congressos estudantis e participam de várias mobilizações pelo Brasil. Eles gritam: “Tira a mão do Meu IF” tanto em Santa Inês, Guanambi e Uruçuca quanto em Brasília.

4.3. Serviço Social, movimento estudantil e direito à educação

O assistente social que atua na educação profissional dentro da Política de Assistência Estudantil desenvolve programas e projetos com vistas à permanência do estudante na escola. Também atua no acompanhamento sociopedagógico, na promoção da educação em saúde e cidadania, e no acompanhamento aos educandos com necessidades educativas especiais. Contudo, o profissional possui aliados nesta luta: o movimento estudantil. E com isso, é possível chegar ao objetivo desse item, discutir a relação entre o Serviço Social e o movimento estudantil.

Como decorrência de todo o embate do capitalismo, percebe-se que muitos estudantes vivenciam pobreza, violência doméstica, adoecimentos. E como consequência uma trajetória educacional marcada por interrupções, reprovação, baixo rendimento, entre outras. Neste sentido, surge o lugar do Assistente Social na

educação cuja perceptiva da atuação profissional nas escolas diz respeito ao combate à evasão escolar, apoiando-se na pedagogia da autonomia de Paulo Freire, colaborando para o movimento de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas.

Por isso é preciso estar alerta de que, segundo Iamamoto (1997), o objeto de trabalho do assistente social é a questão social e suas múltiplas expressões e que “o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideocultural dos indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 1997, p. 69).

Na Educação Profissional da rede federal a Política Nacional de Assistência Estudantil tem demandado serviços para o assistente social. Pesquisa publicada na Revista Serviço Social e Sociedade retrata esta questão:

Dos institutos que têm assistentes sociais, quase a metade (48%) conta apenas com uma profissional no local específico de trabalho, que pode ser no trabalho relacionado ao estudante, ao servidor ou à comunidade.... foram aprovadas as políticas de assistência estudantil em 2010 (Brasil, 2010a) e de cotas em 2012 (Brasil, 2012). Tais políticas foram a razão da contratação de assistentes sociais em muitos institutos... Houve o aumento das demandas para as assistentes sociais e outros profissionais, dada as lutas por políticas de assistência estudantil, que historicamente foram demandadas pelos movimentos sociais de estudantes às instituições, mas que não eram garantidas como direito (PRADA; GARCIA, 2017, p. 315-317).

Prada (2018) destaca também que a Rede de Educação Federal e Tecnológica no Estado da Bahia teve uma grande expansão no período de 2003 a 2016, passando de 09 instituições para 37. Esta expansão acabou gerando vagas para a inserção do profissional de Serviço Social nas duas instituições existentes na Bahia: IFBA e IF Baiano.

Isso indica que a expansão das instituições possibilitou a abertura de algumas vagas para a categoria profissional e, não menos importante, que o acesso de 61% das profissionais se deu no período de aprovação da PNAES, ou seja, esta profissional adentrou no instituto com uma clara demanda institucional de atender aos estudantes com auxílios e bolsas estudantis (PRADA, 2018, p. 108).

Convém ressaltar que a maioria dos assistentes sociais que atuam na Educação Profissional trabalham com a Política de Assistência Estudantil, todavia,

existe demanda para o Serviço Social também no Setor de Gestão de Pessoas e em outras áreas.

Percebe-se então que o assistente social é um profissional com competência técnica e teórica para assessorar a Política de Educação, visto que:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2003, p. 20).

Nesta perspectiva, Reis (2018) salienta que ao acessarem os programas sociais os estudantes “deixam a condição de ‘carentes, desvalidos da sorte’ e passam a ser considerados como sujeitos de direitos” (REIS, 2018, p. 128).

A assistência estudantil é um aporte fundamental para a inclusão e permanência dos/as estudantes pobres nas instituições educacionais desde o ensino fundamental até a universidade, transformando-se em um instrumento efetivo de luta, de fortalecimento do usuário e de conquista de direito (REIS, 2018, p. 130).

O trabalho do assistente social no campo da Política de Assistência Estudantil está direcionado principalmente aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, excluídos dos direitos sociais, em uma proposta de inclusão social da classe pauperizada na escola, como forma de garantia do consentimento da legitimação do poder da classe dominante.

E somente comprometimento e competência profissional podem levar o assistente social da educação a optar pela construção de um novo projeto societário, mesmo dentro de uma instituição que se encontra muitas vezes a serviço do capital. Acredita-se que trabalhando em conjunto com o movimento estudantil será mais fácil enfrentar os problemas e executar os programas da Política de Assistência Estudantil.

Seguindo este argumento, Santos e Nascimento (2018) afirmam que vem crescendo a inserção do Serviço Social na educação profissional para atuar com as manifestações da “questão social”. Ao se reportarem à Política de Assistência Estudantil do IFBA, as autoras registram que “é um trabalho que pensa na qualidade do atendimento de seus usuários, regados por desafios e potencialidades que mobiliza os profissionais a buscarem por qualificação para os atendimentos” (SANTOS; NASCIMENTO, 2018, p. 167).

No sentido de exemplificar a dimensão educativa do trabalho do assistente social que procura ser desenvolvida nos Institutos Federais será agora relatada a experiência do IF Baiano na execução do Programas de Assistência Estudantil.

O trabalho do Assistente Social nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia precisar possuir uma dimensão educativa que é aquela que requer a operacionalização dos programas que vão além da técnica de gerenciamento de benefícios, compreendendo esta realidade plural, contraditória e desafiadora vivenciada pela Escola, na qual sejam relevantes: 1. O exercício da cidadania e a formação política do estudante; 2. A participação em atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer; 3. A promoção, prevenção e proteção da saúde da comunidade acadêmica; e, 4. A permanência e o êxito do estudante que recebe apoio pedagógico e acompanhamento psicossocial com qualidade (ANJOS, 2018, p. 151-152).

O assistente social nesta instituição de ensino trabalha em cada *campi* no Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPSI) que está inserido na Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), desenvolvendo os programas da Política de Assistência Estudantil. Existe também na reitoria: 1) Um profissional lotado na área de Gestão de Pessoas; 2) Um profissional lotado na Gestão da Assistência Estudantil.

A experiência do Assistente Social no IF Baiano na gestão/execução de uma política que vivencia as contradições do capital, é um grande desafio e requer uma intervenção profissional que segundo lamamoto (2007), além da dimensão material-assistencial configurada como prestação de serviços, deve ser classificada também como uma dimensão que é imaterial, visto que influencia as formas de viver e de pensar dos sujeitos por ele atendidos.

No IF Baiano, a intervenção profissional do assistente social ocorre nas duas dimensões a que se refere lamamoto. A amplitude político-social e cultural desse trabalho pode ser percebida na tabela 6, onde se demonstra que outros programas são desenvolvidos nos três *campi* pesquisados:

Tabela 6 - Assistente Social executa apenas PAISE ou desenvolve outros Programas

Entrevistado	Apenas PAISE	Outros programas	Não tinha	Total
Estudantes	02	10	01	13
Servidores	-	13	-	13
Gestores	-	06	-	06
Total	02	29	01	32

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora

Um dos entrevistados que relatou que o assistente social trabalhava com outros programas além do de auxílios financeiros teceu a seguinte observação: “PROPAC, Pincel, Pró-Saúde, PROAP, Alimentação Escolar e ainda demandas educacionais para influenciar em uma decisão do Conselho de Classe” (Entrevistado GUA 07); em relação a um dos estudantes que afirmou que era só PAISE é interessante destacar o seu comentário: “Em 2014 só o PAISE, todos os estudantes eram visitados, o trabalho era bem intenso” (Entrevistado SI 10).

É importante ressaltar que no *campus* Santa Inês, em 2014 (época em que os cortes financeiros não haviam afetado ainda a Instituição) os quase 800 estudantes inscritos no Programa PAISE eram visitados na sua residência pelos servidores da CLAE (assistente social, psicólogo e assistente de alunos), conforme relato do entrevistado. Apesar de ele considerar que naquela época só era realizado o PAISE, na verdade a visita domiciliar é um instrumento de trabalho que indica espaço de inserção político-social e cultural, porém não coletivo.

O espaço da visita domiciliar é o mais indicado para que o profissional possa fazer uma interação com a família do estudante de forma individual, tirando dúvidas e esclarecendo especificidades da Política de Assistência Estudantil. É preciso deixar bem claro que não se trata de uma auditoria e sim de uma aproximação escola x família, na qual este instrumento de trabalho do assistente social e do psicólogo não aparece como forma de coerção social e controle, e sim como meio de levar os familiares dos estudantes a terem conhecimento sobre os direitos sociais que propiciarão a sua permanência no Instituto.

No momento da visita, caso necessário, existe um encaminhamento dos familiares para a rede de proteção social, caso seja verificada fragilização em virtude das desigualdades sociais oriundas do sistema capitalista. A figura abaixo expressa o tipo de realidade social encontrada nas visitas domiciliares:

Figura 20 - Residência de uma estudante do *campus* Santa Inês



Fonte: Arquivo Pessoal da Pesquisadora

Convém ainda destacar que este trabalho de extrema importância, em 2019 já sofre impacto, pois só foi possível visitar os 56 estudantes que solicitaram ingresso na Residência Estudantil

Como se percebe, o Serviço Social por sua inserção pode ocupar um lugar fundamental, na definição da correlação de forças e influenciar numa ou noutra direção, as formas de viver e pensar das famílias e estudantes, contribuir ou dificultar o fortalecimento da resistência à hegemonia do capital financeiro, construir ou questionar o consenso de que este precisa para dar seguimento à destruição da educação profissional de qualidade.

Na pesquisa realizada foi possível observar que 100% dos entrevistados consideram o Serviço Social como uma profissão relevante.

Tabela 7 - Concepção da Profissão de Serviço Social na Política de Assistência Estudantil

Entrevistado	Profissional relevante	Profissional apático	Profissional mais ou menos relevante	Total
Estudantes	13	-	-	13
Servidores	13	-	-	13
Gestores	06	-	-	06
Total	32	-	-	32

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora

Dos 32 pesquisados, 100% consideram o profissional relevante. Seguem comentários:

O Assistente Social no IF tem autonomia em atuar diretamente com a comunidade acadêmica. Ele tem voz e vez! (Entrevistado GUA 1).

É um trabalho relevante com postura ativa em debates orçamentários. São realizados muitos encaminhamentos. Existe um espaço do Serviço Social nas Comissões (Entrevistado GUA 2).

Muito relevante, essencial. Está mais capacitado e inteirado da Política de Assistência Estudantil como um todo (Entrevistado GUA 7).

Considero o Assistente Social a figura principal da Política de Assistência Estudantil (Entrevistado GUA 12).

É mais que relevante. Não tem nem palavras para definir tamanha dedicação! Procura sempre resolver a situação dos estudantes (Entrevistado SI 03).

É o profissional que mais se atualiza e norteia nossas atividades. Creio que é o mais atuante da equipe! (Entrevistado SI 09).

Era educada, compreensiva, ouvia e era firme nas suas opiniões (Entrevistado UR 03).

É essencial... Sem assistente social fica muito ruim. O Assistente Social sempre vai ter um conhecimento da legislação e sem ele a demora para desvendar as leis sociais é grande (Entrevistado URU 04).

Percebe-se que o Assistente Social no IF Baiano tem voz e vez, como afirma o entrevistado, e dentre os programas que executa, o PROPAC requer o acompanhamento ao movimento estudantil.

Em um artigo apresentado em um Congresso Internacional que ocorreu na cidade de Franca em 2017 e que foi publicado em 2019, foi possível repassar um pouco do trabalho desenvolvido pela pesquisadora junto ao movimento estudantil do *campus* Santa Inês.

Convém registrar que dentre as ações do PROPAC em 2016, foi organizado um curso de formação para o Grêmio Estudantil. Logo após, a pedido dos representantes estudantis ocorreu o minicurso “Movimento Estudantil e Assistência Estudantil”, com carga horária de 8h. Esta atividade representou um diferencial na Gestão da Política de Assistência Estudantil porque as ações deixaram de ser por categorias (CAs, DA e Grêmio e passaram a ser numa perspectiva de Totalidade)...Por sua vez, em 2017, aconteceu o II minicurso “O Lugar da Representação Estudantil na Garantia dos Direitos” o qual representou mais um diferencial no *campus* Santa Inês em nível de Assistência Estudantil... apresentou uma cartilha intitulada “Perguntas e Respostas sobre a Política de Assistência Estudantil”... como também uma palestra sobre o “A Relevância do Movimento Estudantil para Fortalecimento das Ações da Assistência Estudantil” (ANJOS, 2019, p. 738).

Na pesquisa realizada, uma das questões se referia à oferta de cursos de capacitação do movimento estudantil no próprio *campus*.

Tabela 8 - Oferta de cursos de Formação para o Movimento Estudantil no *campus*

Entrevistado	Sim	Não	Total
Estudantes	3	10	13
Servidores	4	9	13
Gestores	3	3	6
Total	10	22	32

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora

Convém explicar que no *campus* Santa Inês os cursos de formação para o movimento estudantil foram iniciados em 2016, e os dois estudantes que responderam não, já haviam concluído seu curso. Em Uruçuca, um servidor e um gestor afirmaram que sim, mas nos comentários reportaram-se a cursos externos ofertados no *campus*.

Sendo assim, verifica-se que apenas o *campus* Santa Inês ofereceu cursos de Formação para o movimento estudantil, os quais foram coordenados pelo Serviço Social, o que reforça o papel educativo da profissão. Seguem alguns depoimentos sobre os cursos:

De forma organizada, através de Minicursos e Roda de Conversas (Entrevistado SI 02).

Dois minicursos com palestras maravilhosas e com participação de representantes estudantis de outras universidades (Entrevistado SI 03).

Ajuda, dar força ao movimento estudantil. No ano que não teve formação devido ao afastamento para capacitação da Assistente Social o movimento estudantil acabou se enfraquecendo (Entrevistado SI 08).

Percebe-se que o assistente social no IF Baiano não é um gerenciador de benefícios sociais, e sim um educador, o que reforça o depoimento anterior de que este profissional realmente tem vez e voz.

Na questão da pesquisa referente à relação do movimento estudantil com o Serviço Social algumas falas ressaltam esta afirmação:

Devia ter mais de um assistente social no *campus* porque a demanda é muito grande (Entrevistado URU 07).

A assistente social era parceira na época, sempre estava presente para auxiliar o movimento estudantil (Entrevistado URU 09).

O Serviço Social está sempre disponível e atento as necessidades da comunidade. É o primeiro a ouvir os questionamentos e buscar junto ao movimento melhoria para a permanência e o êxito do aluno (Entrevistado SI 09).

Há necessidade de apoio do assistente social ao movimento estudantil (para evitar as “cabeçadas” do ME). O assistente social ajuda muito (Entrevistado GUA 08).

E a tabela 9 que retrata a concepção dos estudantes sobre a relação entre o Serviço Social e o movimento estudantil expressa essas falas.

Tabela 9 - Relação do Serviço Social com o movimento estudantil

Entrevistado	Excelente	Boa	Regular	Total
Estudantes Guanambi	-	03	02	05
Estudantes Santa Inês	02	03	-	05
Estudantes Uruçuca	01	-	02	03
Total	03	06	04	13

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora

Percebe-se que 23% dos estudantes entrevistados consideram excelente a relação entre o assistente social e o movimento estudantil, inclusive uma entrevistada comentou: “Parceria perfeita que deu bastante certo” (Entrevistado SI 03). E 47% dos estudantes indicaram como boa a relação, sendo destacado o seguinte depoimento: “Há necessidade de apoio do AS ao ME (para evitar as cabeçadas do ME). O assistente social ajuda muito” (Entrevistado GUA 08). E um estudante dos 30% que consideram a relação regular, afirmou: “Devia ter mais de um assistente social no *campus*, pois tem muita demanda. São poucos funcionários” (Entrevistado URU 07).

Compactuando desta necessidade de articulação do Serviço Social com o movimento estudantil, Daros (2016) em pesquisa realizada no IF São Paulo ressalta que:

É importante que os setores responsáveis pela Assistência Estudantil estejam articulados com as representações estudantis. Juntos, eles podem propor ações culturais, de prevenção às drogas e promoção da saúde, como exemplo. Grêmios e diretórios acadêmicos são organizações próximas dos estudantes em geral e, é possível que a comunicação com os estudantes seja facilitada. Estas organizações também podem contribuir criticamente com propostas de melhoria dos atendimentos e infraestrutura nas instituições de ensino, além de propor novas práticas à instituição. É preciso estar atento às reivindicações e necessidades estudantis e a articulação com o movimento estudantil pode auxiliar nestas questões (DAROS, 2016, p. 41).

Ou seja, a autora reforça a ideia de que o movimento estudantil poderá atuar como colaborador do Serviço Social, facilitando a comunicação com o corpo discente como um todo e contribuindo criticamente para a melhoria do serviço prestado.

Retornado a pesquisa realizada nos três *campi* do IF Baiano, os dados sugerem que o Serviço Social é realmente uma profissão relevante e que pode desenvolver um bom trabalho dando suporte ao movimento estudantil, mas o número de profissionais ainda é pequeno para dar conta de executar todos os programas da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano.

É necessário que o Assistente Social do IF Baiano tenha qualidade de vida, trabalhando 30 horas semanais e tendo tempo para realizar leituras e pesquisas. O IF Baiano precisa com urgência ampliar seu quadro de Assistentes Sociais para que estes estejam inseridos em todos os programas da Política de Assistência Estudantil e desenvolvam um trabalho na dimensão educativa.[...] um profissional de serviço social para atuar nesta perspectiva precisa estar constantemente se atualizando, enfrentando as novas demandas emergentes com competência técnica e teórica, ultrapassando os limites de ser apenas executor de benefícios sociais e sempre optando pelo compromisso com a visão crítica do serviço social... (ANJOS, 2018, p. 158).

Diante de tantos cortes orçamentários o assistente social tem sido afetado não somente com as propostas de Reforma da Previdência como também com a qualidade do seu trabalho. Em 2014, início do recorte das entrevistas, a pesquisadora participou de vários cursos de formação; em 2015, foi para um Congresso em Natal como ouvinte com tudo financiado pelo governo federal; já em 2017, para ir apresentar o trabalho citado neste projeto na cidade de Franca, passou por muita luta para ter acesso às diárias e passagens, as quais só foram liberadas por se tratar da autora principal do artigo.

Nos anos de 2018 e 2019 verba para congressos e cursos é algo que nem se comenta. Inclusive recentemente os diretores dos *campi* pesquisados baixaram uma portaria proibindo que os ares condicionados das salas de aula sejam ligados, como também das salas dos servidores. Guanambi, Uruçuca e Santa Inês (apenas durante o dia) são cidades extremamente quentes e o comprometimento tanto do ensino quanto do serviço vem sendo afetado, e isto é apenas um exemplo do desmonte que o governo federal vem implementando sobre a rede federal de educação profissional.

Compartilhando deste pensamento, Santos (2019) afirma que os retrocessos desencadeados pelo capitalismo na atualidade podem ser vistos no cotidiano do trabalho do assistente social que sente o choque dessas transformações em suas próprias relações de trabalho. Soma-se a isto a própria desvalorização das políticas sociais.

Por isso os servidores da educação federal também precisam gritar: “Tira a mão da minha qualidade de vida” e “tira a mão da minha aposentadoria!” É preciso retomar o pensamento de Maria da Glória Gohn em relação aos movimentos sociais e acreditar que a situação pode ser revista se houver união dos técnicos, professores e estudantes no grito maior: “Tira a mão de quem oferta educação com qualidade socialmente referenciada”, a rede federal de educação profissional.

Figura 21 - Nenhum Direito a Menos

Fonte: Redes Sociais

A Rede IF, que foi criada para os pobres, mas que nunca se permitiu ser pobre, ofertando uma educação de excelência, necessita ser reconhecida pela sociedade brasileira como um direito social que precisa ser reforçado e garantido. Até porque adolescentes que muitas vezes nem água encanada e energia elétrica possuem em suas casas, adentram em um Instituto Federal que oferta educação de qualidade com excelentes laboratórios e maravilhosas aulas práticas.

Além disto, a Rede IF, e em especial o Instituto Baiano, estudo de caso da pesquisa realizada, também oferece moradia, alimentação reforçada e saudável, assistência odontológica, auxílios eventuais para óculos e exames médicos, auxílio transporte e, em alguns casos como o IF Baiano *campus* Santa Inês, lavanderia para estes estudantes. Sendo assim, percebe-se que realmente o IF Baiano, é “uma terra fértil para a educação profissional”, a qual precisa ser regada com o adubo da resistência.

4. CONCLUSÃO

*Ninguém tira o trono do estudar
 Ninguém é o dono do que a vida dá
 E nem me colocando numa jaula
 Porque sala de aula essa jaula vai virar
 Ninguém quer esmola, e isso ninguém pode negar
 Nem a lei, nem estado, nem turista, nem palácio
 Nem artista, nem polícia militar
 Vocês vão ter que engolir e se entregar
 Ninguém tira o trono do estudar*

(Dani Black)

Em 2015, Dani Black, em apoio à luta dos estudantes de São Paulo que protestavam contra o fechamento de 100 escolas, compôs a música *O Trono do Estudar*. O autor cantou que ninguém queria esmola e ressaltou que eles iriam engolir e se entregar porque ninguém tira o trono do estudar. A música foi gravada por 18 artistas, dentre eles Chico Buarque. Ela representa a luta por uma educação de qualidade! Protesto de artistas que são movidos pelo amor à educação.

E, se o amor à educação é o motor do movimento de mobilização, conforme procurou demonstrar Florestan Fernandes, a instrução, a agitação e organização reforçada por Gramsci constituem o tripé para alimentar este motor, sendo o seu combustível. E se o movimento estudantil mesmo amando a educação não consegue alimentar este motor sozinho é porque ele precisa da instrução, agitação e organização dos demais movimentos sociais.

Se a educação de qualidade, e em especial a Educação Profissional – que foi criada para os pobres, mas que nunca se permitiu ser pobre – precisa do motor do amor à escola, à pesquisa, à transmissão e à produção do saber para sobreviver, ela só conseguirá resistir por meio de um movimento de mobilização que seja instruído, agitado e organizado.

Hoje no Brasil existe um Programa Nacional de Assistência Estudantil que precisa ser fortalecido, transformando-se em uma Política Nacional. É esta é recomendação apresentada neste texto dissertativo.

“Tira a Mão do Meu IF” precisa ser um grito coletivo e direto: “Imperialismo Americano Tira a Mão da Educação do Povo Brasileiro” e este grito foi proferido inúmeras vezes por Florestan Fernandes, um educador, cientista, militante e publicista da educação.

Florestan hoje não pode mais emitir este grito, porém suas obras falam de uma forma impactante. “O Desafio Educacional” é a expressão desse motor que movia sua paixão pela educação. E ele deixou seu legado que hoje é estudado por alguns pesquisadores – uma história de teoria e prática.

Por meio da pesquisa realizada e com a apresentação dos seus resultados nesta dissertação, é possível sugerir que a hipótese levantada de que o movimento estudantil do IF Baiano vem atuando de forma significativa para o fortalecimento da Assistência Estudantil e que o Serviço Social tem proporcionado um aporte ativo nesta política foi confirmada.

A pesquisa procurou demonstrar que nestes tempos de ataque à educação, o movimento estudantil articulado com os demais movimentos sociais procura entoar um duplo grito: 1. Tira a Mão da Minha Educação; 2. Tira a Mão da minha Assistência Estudantil.

E os objetivos específicos foram alcançados, pois foi possível por meio da pesquisa empírica realizada, como também da pesquisa documental: 1. Analisar a atuação do movimento estudantil na gestão/execução da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano na resistência às restrições orçamentárias; 2. Identificar como vem acontecendo a implementação da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano durante o período de 2014 a 2017; 3. Avaliar criticamente a interação do Movimento estudantil com o Serviço Social na execução da Política de Assistência.

Convém ressaltar que a relação Serviço Social e movimento estudantil fortalece a garantia do direito à permanência e amplia o diálogo dentro do Programa Nacional de Assistência Estudantil, por isso a experiência apresentada pelo IF Baiano confirma a necessidade desta aproximação. A gestão da Assistência Estudantil realizada em parceria com o Movimento Estudantil possibilita a ampliação dos Programas de Assistência Estudantil, priorizando a participação estudantil nas decisões e permitem que o olhar do estudante seja valorizado, tendo o discente voz e vez nas decisões coletivas.

Por isso, como diria Florestan, se a ignorância é o desafio histórico número um do Brasil, é fundamental que os movimentos sociais, por meio de uma luta coletiva, apontem a arma da sabedoria para que a educação de qualidade encontre seu espaço, mesmo diante de toda malignidade do capital.

Esta dissertação procurou demonstrar que o movimento estudantil, de forma instruída, agitada e organizada (como Gramsci conclama) poderá ser o primeiro a

apontar o gatilho neste processo de enfrentamento em prol da educação e de resistência aos ditames do capital financeiro especulativo, movido pelo motor do amor à escola, à pesquisa, à transmissão e à produção do saber (conforme Florestan Fernandes indica).

Até porque vive-se no Brasil em uma sociedade de capitalismo dependente que enfrenta os desafios das sequelas das desigualdades sociais, consequências estas bem conhecidas por Florestan Fernandes na sua infância, como também pelos estudantes do IF Baiano.

Diante do exposto, foi possível verificar que no período estudado (2014-2017) os ataques à educação, em especial à educação profissional, foram ampliados, refletindo o desmonte que o Governo Bolsonaro pretende intensificar por meio do Futura-se, que na verdade representa-se o “Fature-se” do capitalismo financeiro especulativo sobre a educação.

Os textos teóricos estudados nesta dissertação expressam a concepção de que o Imperialismo, por meio da “santíssima trindade do capital”: FMI, Banco Mundial e OMC, vem encampando a ideia de privatização da educação. Todavia, existe a possibilidade de movimentos sociais organizados resistirem, se atuarem de forma articulada, criativa e otimista.

Sendo assim, “Tira a Mão do Meu IF” representa o slogan de uma campanha estudantil traçada contra o Imperialismo, a qual precisa ser regada com o fertilizante da resistência e do otimismo. E este adubo deve ser maturado por leituras críticas da realidade brasileira e do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola Pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ, 2009.

ALMEIDA, Ney Luis Teixeira de; RODRIGUES, Maria Cistina Paulo. O Campo da Educação na Formação Profissional em Serviço Social. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org.). **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris; Serviço Social, Rio de Janeiro: 2012.

ALONSO, Ângela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, 2009.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro Rodrigues. Referências sobre Práticas Formativas em Educação Profissional: O velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 02, 2010.

AMÂNCIO FILHO, Antenor. A Formação Profissional de Nível Médio na área da Saúde: A Modalidade Sequencial em Foco. Reunião Anual da ANPED, 27, Caxambu, 2004. **Anais...** Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/qt09/t093.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

ANJOS, Nívia Barreto dos. O Trabalho do Assistente Social junto ao Movimento Estudantil na Garantia do Direito: A experiência do IF Baiano *campus* Santa Inês. Seminário Internacional de Serviço Social na Educação, 1, Universidade Estadual Paulista, Franca-SP, 2017. **Anais...** Disponível em: https://www.franca.unesp.br/Home/Publicacoes/final-jul_2019_seminario-internacional-de-servico-social-na-educacao-anais---profa-eliana-1.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

ANJOS, Nívia Barreto dos. A Dimensão Educativa no Trabalho do Assistente Social no IF Baiano na Operacionalização dos Programas da Política de Assistência Estudantil. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; DAMASCENO, Heide de Jesus. **O Trabalho do Assistente Social na Política de Educação no Estado da Bahia**. Aracaju: Criação, 2018.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BEM BAIANO – Blog do IF Baiano. Movimento Estudantil promove I Encontro no Campus Guanambi (2014). Disponível em: <ifbaiano.edu.br/portal/blogbembaiano>. Acesso em: 05 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 010172, de 09 de janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação. Brasília-DF.

BRASIL. **Decreto 7.234, de 19 de junho de 2010**. Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília-DF.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação. Brasília-DF.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. P. O Trabalho do Assistente Social nas Instâncias Públicas de Controle Democrático. In: **Serviço Social: direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DAL RI, Maria Neusa; VIEITEZ, Candido Giraldez. Trabalho como Princípio Educativo e Práxis Político-Pedagógica. In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; SILVA, Vandei; Pinto da MILLER, Stela (Orgs). **Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações**. São Paulo: Junqueira&Marin, 2009.

DAROS, Michelli Aparecida. Assistência Estudantil e Evasão Escolar no IFSP: Elementos para reflexão. **Conexões Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, v. 10, n. 01, 2016.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz; MOREIRA, Ualace. Ajuste Fiscal e as Universidades Públicas Brasileiras: A Nova Investida do Banco Mundial. In: **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 242, 2017.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência Estudantil sob Múltiplos Olhares: a disputa de concepções. **Ensaio Avaliação Política Pública Educacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968a.

FERNANDES, Florestan. O Estudo Sociológico do Subdesenvolvimento. In: **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968b.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. A Crise do Ensino: contastes do Crescimento sem Democracia. In: _____. **O Desafio Educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FIRDION, Jean-Marie. Construir uma Amostra. In: PAURGAN, Singer (Org.). **A Pesquisa Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais. In: IVO, Anete B. L. (Org.). **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: ANNABLUME, 2013.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e Formação Profissional. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro. As Manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lucia (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

IFBAIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019)**. Aprovado pela Resolução nº 2, de 05 de fevereiro de 2015.

IFBAIANO. **Política de Assistência Estudantil**. Aprovada pela Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2019.

IFBAIANO, CAMPUS BOM JESUS DA LAPA. **Documentário Tira a Mão do Meu IF**, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H9DsLf8Lv3I>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

KOWALSKI, Aline Vieira. Os (Des) caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos. 2012. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber**: manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

LEHER, Roberto. **Universidade e Heteronomia Cultural no Capitalista Dependente**: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LESSA, Simone Eliza de C. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas o para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, 2013.

MANFREDI, Silva Maria. Trabalho, Profissão e Escolarização: revisitando conceitos. In: _____. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Os Movimentos Sociais como Campo de Pesquisa nas Ciências Sociais. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 04, 2012.

MESZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MESZÁROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e Criatividade. 23. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, Natal, v. 02, 2007.

MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio Integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 03, 2013.

MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIFICADO DO IF BAIANO. **Resolução do II Encontro de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano**, 2015.

MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIFICADO DO IF BAIANO. **Resolução do 1º Congresso de Estudantes do IF Baiano**, 2016.

MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIFICADO DO IF BAIANO. **Resolução do III Encontro de Bases do Movimento Estudantil Unificado do IF Baiano**, 2017.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. Uma Análise das Ações de Assistência Estudantil no Contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. 2014. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE.

NETO, José Alves de Freitas. A Reforma Universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior**, Campinas, v. 033, 2011.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

OLIVEIRA, Marcos Marques. **Florestan Fernandes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

PRADA, Talita; GARCIA, Maria Lucia Teixeira. Perfil das Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, 2017.

PRADA, Talita. Perfil das(os) Assistentes Sociais dos Institutos federais de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; DAMASCENO, Heide de Jesus. **O Trabalho do Assistente Social na Política de Educação no Estado da Bahia**. Aracaju: Criação, 2018.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **Desafios da Educação Profissional e Tecnológica**. 2018. Disponível em: <<http://chagas.redefiocruz.fiocruz.br/~ensp/biblioteca/dados/formprofissional>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

PINTO, Marina Barbosa. Precarização do Trabalho Docente: Competitividade e fim do Trabalho. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org.). **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris; Serviço Social, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempos de Regressão. Seminário Nacional do Ensino Médio Integrado, 2, Brasília-DF, 2018. **Anais...** Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/snemi/57589-ensino-medio-integrado--lutas-historicas-e-resistencias-em-tempos-de-regressao/#>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

REIS, Cacilda Ferreira dos. O Trabalho do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica: Um olhar a partir da experiência do IFBA – *campus* Barreiras. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; DAMASCENO, Heide de Jesus. **O Trabalho do Assistente Social na Política de Educação no Estado da Bahia**. Aracaju: Criação, 2018.

ROSSETTI JÚNIOR, Hélio. **Mudanças na história do ensino técnico no Brasil**. 2018. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/escola/prof/art46.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

SANTOS, Flávia Barbosa Bardini dos. Desigualdade Social, Políticas de Reconhecimento e o Trabalho do Assistente Social: Interseções Necessárias no Contexto Brasileiro. **Revista Vértices**, São Paulo, v. 21, n. 01, 2019.

SANTOS, Andressa Passos Souza; NASCIMENTO, Pâmela Rocha. O Trabalho do Assistente Social na educação Profissional e Tecnológica: Da inserção à prática. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; DAMASCENO, Heide de Jesus. **O Trabalho do Assistente Social na Política de Educação no Estado da Bahia**. Aracaju: Criação, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Florestan Fernandes e a Educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira: estrutura e Sistema**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SIMIONATTO, Ivete. A concepção de Hegemonia em Gramsci. In: **Serviço Social e Sociedade**. Cortez Editora. Ano XIV, n. 43, p.108-124, dezembro de 1993.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, Influência no Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SINASEFE - IFBA. **Seminário Tire a Mão do Nosso IF: diálogos sobre Educação Profissional e Tecnológica**. Palestra de Abertura com Prof. Dr Penilson Silva Filho. 2019.

SIMONINI, Eduardo; SOUZA, Maria de Fátima. Vidas que Praticam Mundos: o Movimento Estudantil como Acontecimento. In: BERINO, Aristóteles de Paula; FILHO, Aldo Victório (Orgs.). **Múltiplos Olhares sobre as Juventudes**. Rio de Janeiro: EDU/UFRRJ, 2018. (no prelo).

SOUZA, Jacqueline Damiense Almeida de. Na Travessia: assistência Estudantil na educação Profissional. As interfaces das Políticas de Assistência Social e Educação. 2017. **Dissertação** (Mestrado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília-DF.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, Administração e Execução de Políticas Públicas. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VACCA, Giuseppe. **Modernidades Alternativas: o século XX de Antonio Gramsci**. Brasília: FAP, 2016.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos e a Política Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ZANETIC, João. Florestan Fernandes e a Defesa da Escola Pública. **Revista ADUSP**, São Paulo, jan. 2006.

APÊNDICES

1. FORMULÁRIO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA

ENTREVISTA

Esta entrevista faz parte do Projeto de Pesquisa “O Lugar do Movimento Estudantil Garantia do Direito à Assistência Estudantil em Tempos de Hegemonia do Capital Financeiro”, desenvolvido pela mestrandia Nívia Barreto dos Anjos e tendo como Orientador o Prof. Dr. Joaci Cunha e Co-orientadora a Profa. Dra. Adriana Ferriz.

Data: _____ / _____ / 2019

Campus: _____

Membro da CLAE: () Estudante () Servidor () Gestor

Ano de atuação na CLAE: () 2014 () 2015 () 2016 () 2017

I. QUANTO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO SEU CAMPUS:

1. Como você considera o Grêmio Estudantil do seu *campus*?

() Atuarante () Apático () Mais ou menos atuarante

Por quê?

2. Como você considera os Diretórios ou Centro Acadêmicos do seu *campus*?

() Participativo () Omisso () Mais ou menos participativo

Por quê?

3. Na sua concepção, o Movimento Estudantil no seu *campus* participa de forma ativa na Gestão da Política de Assistência Estudantil

() Participa () Não participa () Participa Mais ou menos

Explique:

4. De 0 a 5, como você pontua a concepção do Movimento Estudantil do seu *campus* em relação a Assistência Estudantil na perspectiva do direito:

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

Explique:

5. De que maneira o Movimento Estudantil do seu *campus* compreende o lugar da Representação Estudantil na Política de Assistência Estudantil?

() Por meio de exigências relacionadas apenas a auxílios financeiros;

() Por meio de participação ativa em todos os programas da política;

() Por meio de apatia em relação a Política e a seus programas.
Explique:

6. No seu *campus* existe formação (capacitação) do Movimento Estudantil em relação a Política de Assistência Estudantil?

() Sim () Não

Se sim, comente sobre como ocorre esta formação:

II. EM RELAÇÃO A COMISSÃO LOCAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:

7. Em que ano a CLAE foi organizada em seu *campus*?

Ano: _____

Não sabe informar ()

8. Desde sua implantação, a CLAE no seu *campus* sempre possuiu Representação Estudantil?

() Sim () Não () Não sabe informar

9. Qual a periodicidade de reuniões da CLAE no seu *campus*?

() Semanal () Quinzenal () Mensal

() Não há periodicidade () Não ocorrem reuniões

10. Você considera a CLAE do seu *campus* como atuante?

() Atuante () Apática () Mais ou menos atuante

Por quê?

III. NO QUE DIZ RESPEITO AO SERVIÇO SOCIAL DO SEU CAMPUS:

11. No período de 2014 a 2017 o seu *campus* possuía Assistente Social?

() Sim () Não () Em parte

12. Como você concebe o Assistente Social dentro da Política de Assistência Estudantil?

() Como um profissional relevante

() Como um profissional apático

() Como um profissional mais ou menos relevante

Explique:

13. Como você considera a relação do Serviço Social com o Movimento Estudantil dentro do seu *campus*?

() Excelente () Boa () Regular () Ruim () Péssima

Por que?:

14. No seu *campus* o Assistente Social desenvolve apenas o PAISE ou executa também outros programas educativos?

() Apenas PAISE () Outros Programas

Se desenvolver outros Programas, cite-os.

IV. NO QUE SE REFERE A GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:

15. Qual o nível de autonomia que você atribui a CLAE no seu *campus* na gestão da Política de Assistência Estudantil?

() A CLAE é respeitada pela Direção Geral e pelas Diretoria Administrativa e Acadêmica, ficando responsável pelas decisões relativas a Assistência Estudantil;

() A CLAE não é respeitada pela Direção Geral e pelas Diretoria Administrativa e Acadêmica, não ficando responsável pelas decisões relativas a Assistência Estudantil;

() Em certos momentos a CLAE possui autonomia, mas em outros não a possui

Explique:

16. Você acredita que no seu *campus* existe transparência na Política de Assistência Estudantil?

() Existe transparência () Não existe transparência

() Mais ou menos existe transparência

Explique:

17. No momento da divisão dos recursos da Assistência Estudantil no seu *campus* existe participação dos estudantes?

() Os estudantes participam () Os estudantes não participam () Os estudantes às vezes participam

Explique:

18. Como você considera que a gestão da Assistência Estudantil ocorre no seu *campus*?

() De forma Democrática () De forma Autoritária

() De forma mais ou menos Democrática

Explique:

Obrigada por participar da Pesquisa!

2. PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DO IFBAIANO FRENTE À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:

O Lugar da Representação Estudantil na Garantia do Direito

Pesquisador: NIVIA BARRETO DOS ANJOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 04118218.1.0000.5628

Instituição Proponente: Universidade Católica do Salvador

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.823.753

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa que tem por objetivo analisar a atuação do Movimento Estudantil na gestão/execução da Política de Assistência Estudantil no IFBaiano, visando identificar se ela está contribuindo para o fortalecimento da garantia do direito. Para tanto, será utilizada uma pesquisa explicativa, sendo que "a estratégia de pesquisa utilizada será o estudo de caso". Após pesquisa bibliográfica e documental serão entrevistados 70 "componentes da Comissão Local de Assistência Estudantil (CLAE) de três campi: 1. Guanambi; 2. Santa Inês; e 3. Uruçuca. [...] Ocorrerá uma amostragem por acessibilidade. Depois serão analisados os relatórios dos Encontros de Entidades de Base do Movimento Estudantil Unificado do IFBaiano e do Congresso de 2016. Por fim, será realizada uma análise sistemática dos dados coletados teoricamente e empiricamente para construção da dissertação".

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: "analisar a atuação do Movimento Estudantil na gestão/execução da Política de Assistência Estudantil no IFBaiano, visando identificar se ela está contribuindo para o fortalecimento da garantia do direito".

Objetivos Secundários: "Verificar o lugar do Movimento Estudantil do IFBaiano na garantia do direito nos diversos Campi; pesquisar como ocorre a gestão da Política de Assistência Estudantil no IFBaiano nos diversos Campi; conhecer o engajamento do Serviço Social no IFBaiano junto às

Endereço: PROFESSOR PINTO DE AGUIAR - 2589
Bairro: PITUACU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **Fax:** (71)3203-8975 **E-mail:** cep@ucsal.br

Continuação do Parecer: 2.823.753

representações estudantis nos diversos Campi”.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: “Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de constrangimento os quais serão minimizados porque se trata de assuntos institucionais e de caráter público”.

Benefícios: “Pessoal: por ser assistente social e atuar no IFBaiano junto ao Movimento Estudantil e almejar crescimento acadêmico e profissional; Científico: por existir número ainda restrito de pesquisas sobre o tema; Social: por desejar contribuir para o fortalecimento da Política de Assistência Social na perspectiva do direito”. Faltou mencionar os benefícios para o participante e incluir tais benefícios no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e no Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa mostra-se relevante no sentido de poder ampliar o conhecimento sobre a atuação do Movimento Estudantil em instituição federal.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Constam o cronograma de execução e o orçamento financeiro (ambos mais detalhados no projeto anexado do que no formulário da Plataforma Brasil); o roteiro de entrevista, que está adequado, do ponto de vista ético, e ofício do reitor interino da instituição a ser investigada autorizando a realização do estudo.

O documento a ser assinado pelos responsáveis é o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o que deverá ser assinado pelo aluno que for menor de idade é o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido. Em ambos os documentos é necessário incluir os benefícios do estudo para o participante e informar que se trata de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania, da UCSal.

A folha de rosto foi preenchida, assinada e carimbada.

Recomendações:

No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e no Termo de Assentimento Livre e Esclarecido é necessário incluir os benefícios do estudo para o participante e informar que se trata de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania, da UCSal.

Endereço: PROFESSOR PINTO DE AGUIAR - 2589			
Bairro: PITUACU			CEP: 41.740-090
UF: BA	Município: SALVADOR		
Telefone: (71)3203-8913	Fax: (71)3203-8975	E-mail: cep@ucsal.br	

Continuação do Parecer: 2.823.753

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto apto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião do colegiado, ocorrida em 15/08/2018, fica deliberado que o projeto está aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1175476.pdf	05/07/2018 22:23:18		Aceito
Outros	entrevistaclacep.pdf	05/07/2018 22:20:37	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODEASSENTIMENTONIVIA.pdf	05/07/2018 22:19:57	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMOCONSENTIMENTONIVIA.pdf	05/07/2018 22:19:36	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoPesquisaNivia.pdf	05/07/2018 22:18:37	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTODAPESQUISA.pdf	05/07/2018 22:18:09	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	OFICIOIFBAIANO.pdf	05/07/2018 22:17:45	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMADAPESQUISA.pdf	05/07/2018 22:17:24	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	05/07/2018 22:16:40	NIVIA BARRETO DOS ANJOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: PROFESSOR PINTO DE AGUIAR - 2589
 Bairro: PITUACU CEP: 41.740-090
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3203-8913 Fax: (71)3203-8975 E-mail: cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 2.823.753

SALVADOR, 15 de Agosto de 2018

Assinado por:
ANDERSON ABBEUSEN FREIRE DE CARVALHO
(Coordenador)